

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CCE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

TIAGO ANTONIO VITOR DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA A DINÂMICA
ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2013**

TIAGO ANTÔNIO VITOR DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA A DINÂMICA
ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: Prof. Me. Rondinaldo Silva Das Almas

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2013**

S239i Santos, Tiago Antônio Vitor dos.
A importância do setor de serviços para a dinâmica econômica do município de Guanambi / Tiago Antônio Vitor dos Santos, 2013.
84f.: il; algumas color.
Orientador (a): Rondinaldo Silva das Almas.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.
Referências: f. 80-83.
1. Setor de serviços – Aspectos econômicos. 2. Desenvolvimento regional – Guanambi-BA. I. Almas, Rondinaldo Silva das. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 338.47

TIAGO ANTÔNIO VITOR DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA A DINÂMICA
ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 02/09/2013

BANCA EXAMINADORA

. Prof. Me. Rondinaldo Silva Das Almas
Orientador

Prof. Eric Gumes Lopo dos Santos
Examinador

Prof. Me. José Antônio Gonçalves dos Santos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força que me deu durante a produção deste trabalho e no decorrer do curso, nunca me deixando desanimar.

Agradeço à minha esposa Luana, que esteve sempre ao meu lado durante toda essa jornada.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Rondinaldo pela paciência e dedicação demonstrada durante a produção deste trabalho. Este agradecimento se estende a todos os professores que contribuíram para minha formação.

Agradeço à minha Mãe, Valdilene, e ao meu Pai, Nilton, pelo apoio, carinho e amor dispensado a mim. Vocês são os principais responsáveis pela minha formação como homem.

Por fim, agradeço aos meus avós Valdemir e Maria Helena, que sempre estiveram ao meu lado e sempre acreditaram em mim, a vocês eu dedico este trabalho.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a importância do setor de serviços para o município de Guanambi e de que forma a evolução deste setor contribui para que este município exerça papel central na região em que está inserido. Verificou-se que, em 2010 83% do PIB de Guanambi veio do setor terciário e que este foi responsável por 78,7% dos empregos formais do município no ano de 2011. Valendo-se do estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC) realizado pelo IBGE, constatou-se que Guanambi exerce influência direta sobre 22 municípios, sendo responsável por 25% do PIB desta rede de cidades. A fim de se verificar a importância do setor de serviços para o município, foi utilizado o método dos quocientes locacionais, que faz comparação da importância de uma atividade econômica de um município em relação à outra região de referência. Em todas as comparações realizadas o setor de serviços mostrou-se mais relevante para Guanambi. Outro método utilizado neste estudo foi o índice de terciarização, que visa identificar o peso do setor terciário dentro da economia e, a partir disso estabelecer uma hierarquia entre as cidades. Também neste método ficou constatada a importância do setor terciário para o município, bem como a hierarquia dominante exercida por Guanambi dentro da região. Por fim, foi utilizado o método diferencial-estrutural. Neste caso, procurou-se identificar a dinâmica dos subsetores de serviços dentro da economia de Guanambi e também de outros municípios, que exercem efeito polarizador no município ou que são por ele polarizados.

Palavras-chave: Guanambi. Setor de serviços. Centralidade urbana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população do município de Guanambi por situação do domicílio (1970-2010)	39
Tabela 2 – Produção de algodão no município de Guanambi – (1990-2010).....	42
Tabela 3 – Valor adicionado e PIB de Guanambi a preços constantes – (1999 -2010).....	44
Tabela 4 – Participação dos setores econômicos no valor adicionado do município de Guanambi – (1999 a 201.....	45
Tabela 5 – Quantidade de estabelecimentos de saúde por tipo no município de Guanambi em 2013.	49
Tabela 6 – Oferta de cursos de graduação e quantidade vagas ofertadas anualmente por IES.	51
Tabela 7 – Estabelecimentos comerciais por tipo de atividade existente no município de Guanambi (2011)	52
Tabela 8 - Quantidade de estabelecimentos, emprego formal e remuneração paga por tipo de atividade no município de Guanambi em 2011.....	53
Tabela 9 - PIB e população dos municípios da região de influência de Guanambi (2010).....	58
Tabela 10 - Quocientes Locacionais de emprego (2011) e valor adicionado (2010) do setor de serviços em Guanambi.....	58
Tabela 11 - Quocientes locacionais de emprego (2011) do setor de serviços em Guanambi excluindo-se administração pública.....	61
Tabela 12 - Hierarquia urbana dos municípios de acordo com índice de terciarização e índice de terciarização ajustado (2010).....	64
Tabela 13 – Taxa de crescimento do emprego formal entre os anos de 2006 e 2011.....	71
Tabela 14 – Efeitos proporcional (pij), competitivo (d'ij), alocação (a'ij) e variação líquida total (VLT) por subsetor de atividade.....	74

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Emprego formal por setor econômico no município de Guanambi em 2011.....	46
Gráfico 2 - Remuneração total por setor de atividade paga aos trabalhadores formais no município de Guanambi.....	46
Gráfico 3 – Remuneração média por setor de atividade paga aos trabalhadores formais no município de Guanambi em 2011.....	47
Gráfico 4 – Evolução da renda <i>per capita</i> do município de Guanambi a preços constantes – (1999 -2010).....	48
Mapa 1 – distribuição da produção de algodão na Bahia em 1990 (em toneladas)	43
Mapa 2 - Distribuição da produção de algodão na Bahia em 2010 (em toneladas)	43
Mapa 3 - Região de influência dos municípios de Vitória da Conquista e Guanambi.....	57
Quadro 1 - Efeito alocação e componentes modificados.....	68
Quadro 2 - Relação de subsetores de serviços indutores e induzidos pelo desenvolvimento econômico.....	69
Quadro 3 - Efeito alocação para os municípios baianos – (2006-2011).....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 SETOR DE SERVIÇOS	11
1.1 Conceitos e classificações	11
1.2 Setor de serviços no pensamento econômico.....	15
1.3 Serviços e desenvolvimento econômico.....	20
1.4 Setor de serviços no Brasil.....	22
CAPÍTULO 2 ECONOMIA REGIONAL E URBANA	25
2.1 Teorias clássicas de localização	25
2.2 Teorias baseadas em fatores aglomerativos.....	29
2.3 Distritos Industriais, <i>Cluster</i> e Arranjos Produtivos Locais (APL).....	32
2.4 Centralidades e Hierarquia Urbana no Brasil.....	35
CAPÍTULO 3 O MUNICÍPIO DE GUANAMBI	39
3.1 Características Gerais.....	39
3.2 Aspectos Históricos.....	40
3.3 O ciclo do Algodão.....	40
3.4 Características Econômicas.....	44
3.5 As atividades de saúde, educação, comércio e outros serviços.....	48
CAPÍTULO 4 O SETOR DE SERVIÇOS E CENTRALIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI	56
4.1 Regiões de Influência do município.....	56
4.2 Quocientes Locacionais.....	59
4.3 Índice de Terciarização.....	61
4.4 Método Diferencial-Estrutural.....	65
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	80
ANEXO	84

INTRODUÇÃO

Alguns municípios exercem uma influência econômica bastante relevante na região onde está inseridos, isto ocorre principalmente pelo fato de oferecer bens e serviços que, geralmente, não são encontrados em municípios de porte menor. Alguns bens e serviços estão sempre disponíveis em qualquer lugar, como é caso do pequeno comércio de alimentos. Entretanto, existem outros tipos de bens e serviços mais específicos que são encontrados apenas nos grandes centros, como bens de alta tecnologia e serviços técnicos especializados.

Para Clemente (2000), a centralização da oferta de bens e serviços não pode ser entendida apenas pelo conceito de distância geográfica, mas também pelo conceito de distância econômica. Este conceito está ligado ao custo de frete, armazenagem, custo de transportes, tempo de viagem e desconforto dos passageiros. Portanto, para que uma localidade seja considerada um lugar central é necessário que, além da oferta de bens e serviços especializados, tenha uma rede de transporte acessível. Desta forma, geograficamente, um município pode não estar no centro da região, mas a facilidade de acesso aliada à variedade de oferta de bens e serviços pode fazer deste um lugar central.

Esta situação pode ser observada em Guanambi, município sede da microrregião de Guanambi (MRG), que é composta por 18 municípios. Com 78.833 habitantes (IBGE, 2010). Guanambi se destaca na microrregião por ter um setor de serviços bastante dinâmico que atrai a população circunvizinha para a compra de bens no comércio local, além de demandar os mais variados serviços, principalmente, relacionados à saúde, educação, dentre outros serviços técnicos especializados. De acordo com IBGE, em 2010 o município tinha um PIB de R\$ 582 milhões. A maior fatia desta riqueza foi gerada pelo setor de serviços, que teve participação de 83%, pelo valor adicionado, seguido da Indústria (15%) e da agricultura (3%).

Para Richardson (1981), as cidades crescem porque o desenvolvimento econômico e o aumento da renda levam a uma demanda mais do que proporcional de bens e serviços centrais. No caso de Guanambi, este aumento da demanda ocorreu tanto internamente, quanto externamente, haja vista que a cidade exerce influência comercial em vários municípios da região. O setor de serviços pode ser considerado a base exportadora do município, pois este setor é responsável por atender tanto as necessidades domésticas quanto as necessidades da população regional.

Na história do pensamento econômico, foi atribuído ao setor de serviços o papel residual. Isto porque havia a noção de que apenas as atividades produtoras de bens tangíveis poderiam gerar riqueza, como é o caso da agricultura e indústria. Não obstante, o crescimento

deste setor dentro das economias, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, passou a chamar a atenção dos economistas que passaram a entender a relevância dos serviços para o desenvolvimento econômico. Atualmente, além de ter grande participação no PIB de todos os países, o setor de serviços tem sido o maior absorvedor de mão-de-obra, gerando renda para a população. No Brasil, em que o setor industrial se concentra nas regiões metropolitanas, o setor terciário tem sido a principal atividade econômica da maioria das cidades. Em algumas delas a atividade terciária é básica, ou seja, visa atender as necessidades básicas dos seus habitantes, como serviços de saúde, educação e alimentação. Por outro lado, outras cidades oferecem uma gama enorme de serviços, que as colocam numa posição privilegiada dentro da região.

Este estudo procura responder aos seguintes questionamentos: Guanambi exerce papel polarizador na região em que está inserido? E de que forma o setor de serviços contribui para a dinâmica econômica local? Para responder a estas questões, o trabalho lançará mão de análise de dados referente ao setor de serviços do município, como emprego, renda, PIB e quantidade de estabelecimentos. De posse destes dados, serão aplicados alguns métodos de análise econômica regional a fim de identificar a importância do setor terciário e o nível de centralidade do município. O objetivo deste trabalho é discutir o setor de serviços e a centralidade urbana do município de Guanambi, e verificar de que forma este exerce influência sobre os municípios da região em que está inserido.

No primeiro capítulo deste trabalho, discute-se o setor de serviços de forma geral. Para isso, faz-se necessário conceituar o setor de serviços e como estes são classificados, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Propõe-se ainda um debate teórico sobre a evolução do pensamento econômico sobre os serviços, mostrando que, com a própria evolução econômica e a crescente participação deste setor na economia, este foi ganhando maior destaque no âmbito da ciência econômica. Ainda neste capítulo, analisa-se o crescimento do setor terciário no Brasil, mostrando sua evolução a partir da década de 1970. Será analisada ainda a contribuição atual do setor de serviços para o desenvolvimento econômico do país, sua participação no PIB, e seu relevante papel na geração de emprego e renda.

No segundo capítulo, discutem-se as principais teorias da economia regional e urbana, iniciando pelas teorias clássicas de localização de Von Thunen, Weber, Christaller, Lösch, Isard e North. Será dada principal ênfase à teoria dos lugares centrais proposta por Christaller. Em seguida abordam-se as teorias baseadas em fatores aglomerativos, proposta por Perroux, Myrdal, Hirschman e North. Nesta seção, destacam-se as teorias de Polos de desenvolvimento de Perroux e teoria de base de exportação de North, em função da aplicabilidade destas teorias

a realidade do município em estudo. Ainda neste capítulo serão discutidos os conceitos e funções das aglomerações produtivas: Distritos industriais, *clusters* e Arranjos Produtivos Locais – APL. O objetivo é destacar que as aglomerações produtivas, quando organizadas de forma eficiente, podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões. Por fim, retoma-se a discussão das centralidades urbanas (neste caso serão discutidas as centralidades urbanas no Brasil). Para tanto, apresenta-se o estudo realizado pelo IBGE denominado Regiões de Influência das Cidades – REGIC.

O terceiro capítulo será dedicado à apresentação do município de Guanambi. Neste destacam-se as características gerais e históricas do município, além de mostrar sua evolução econômica, sobretudo, a partir da década de 1980, quando a cultura do algodão exerceu forte influência sobre a economia local. Ainda neste capítulo, será iniciada a discussão sobre a importância do setor de serviços para a região, trazendo dados do PIB, emprego e renda. Ainda será descrito a estrutura do setor de serviços na economia de Guanambi, e de que forma este setor contribui para o crescimento e desenvolvimento econômico do município. Nesta seção será dada ênfase especial às atividades de saúde, educação e comércio.

No quarto e último capítulo retoma-se a discussão da relevância do setor de serviços para o município e como o desenvolvimento deste setor contribui para que Guanambi exerça papel de dominância em sua região. Para isso, valendo-se do estudo da REGIC, serão apresentados dados dos municípios que fazem parte da região de influência de Guanambi. A fim de comprovar a importância do setor terciário para o município utilizam-se as seguintes metodologias: quocientes locacionais, índice de terciarização e método diferencial-estrutural. Os quocientes locacionais comparam a importância das atividades de um setor em relação a uma região de referência. O índice de terciarização possibilita demonstrar o peso do setor de serviços nas economias dos municípios e determinar a hierarquia urbana existente entre eles. O método diferencial-estrutural permite identificar a dinâmica e crescimento dos subsetores de serviços.

1 SETOR DE SERVIÇOS

Este capítulo é de fundamental importância para a compreensão deste estudo, pois aqui será discutido amplamente o setor de serviços. Inicialmente faz-se necessário conceituar e classificar os serviços. Adiante será feita uma discussão teórica sobre a concepção dos serviços dentro do pensamento econômico. Em seguida discute-se a importância do setor terciário para o desenvolvimento econômico, e por fim descreve-se a evolução deste setor no Brasil, destacando sua importância na geração de emprego e renda, participação no PIB, além das relações de informalidade existente neste setor.

1.1 Conceitos e Classificações

O setor de serviços tem ganhado pouca atenção no âmbito da ciência econômica, apesar do aumento de sua participação na economia em todo mundo. Gershuny (1987 apud MELO *et al*, 1998), observa que a teoria econômica possui um vasto corpo analítico para apreender o comportamento dos setores agrícolas e industriais, mas não foi capaz de produzir teoria e nem mesmo uma base de dados organizados para tratar sobre os serviços. Moreira (2006) destaca que o setor de serviço é um campo de estudo bastante vasto, mas ainda pouco explorado, especialmente, no Brasil.

Em países desenvolvidos ou em desenvolvimento o setor de serviços representa o maior percentual do PIB. No caso do Brasil, o setor de serviços representa 63% do Produto Interno Bruto – PIB (IBGE, 2010). Para Melo *et al* (1998), o papel do setor de serviços não deve ser negligenciado dado sua importância na geração de emprego e renda, e sua importância complementar a outros setores, como é o caso dos serviços financeiros. De acordo com Nusbaumer (1987, *apud* KON, 2004), os serviços produzem utilidades intangíveis, enquanto outros setores produzem utilidade na forma de bem tangível. Porém, nas economias modernas todas as atividades econômicas são importantes não podendo separar atividades como básicas e residuais.

Para análise da importância deste setor, faz-se necessário primeiramente sua definição. Entretanto, no âmbito da literatura econômica há uma grande dificuldade para definir os serviços. Para Melo *et al* (1998, p.3):

a definição de serviços é, desde logo, problemática, mesmo porque incorporam uma grande variedade de atividades. Por sua vez, as dificuldades de mensuração do produto dos serviços são conhecidas e revelam-se na precariedade da base estatística que cobre o setor.

Almeida e Kubota (1998) assinalam que a definição de serviços é bastante complexa, não havendo pleno consenso entre os economistas. Parte desta dificuldade se dá em função da modernização do setor que torna a diferença entre bens e serviços cada vez mais imprecisa. Corroborando com a idéia de Almeida e Kubota, Kon (2004) argumenta que em alguns casos fica difícil diferenciar um bem como objeto tangível ou intangível. Por exemplo, quando um restaurante fornece alimento para trabalhadores de outra empresa fica difícil definir se esta empresa está adquirindo um bem de uma indústria alimentícia, ou se está adquirindo os serviços de preparação e distribuição dos alimentos. Esta preocupação com a definição de serviços também é expressa por Sandroni (1999), que ao definir este setor ressalta que:

muitas das atividades classificadas como serviços são, na verdade, extensões das atividades produtivas, como a agricultura e a indústria e a própria mineração. Assim, a grande participação do setor de serviços no conjunto da economia deve ser relativizada (SANDRONI, 1999, p. 554).

Para Kon (2004), um objeto tangível é produzido em um momento e vendido posteriormente, enquanto, os intangíveis (serviços) são criados e consumidos simultaneamente.

Sandroni (1999) caracteriza os serviços como uma atividade tipicamente urbana, e que se enquadra no chamado setor terciário da economia, que é composto por comércio, transportes, publicidade, computação, telecomunicações, educação, saúde, recreação, setor financeiro e de seguros e administração pública. Barcet e Bonamy (1999, *apud* VARGAS, 2009) destacam que, apesar da dificuldade da definição dos serviços, existem três características que são quase um consenso entre os estudiosos do tema, que são:

- a) A imaterialidade: refere-se ao fato do serviço não produzir um bem material, tangível, estocável. Isto fica claro na prestação de um serviço de transporte, comunicação, consultoria que não gera nenhum tipo de bem material.
- b) A precibilidade: no sentido que o uso do serviço e sua produção são realizados ao mesmo tempo. Ocorre por exemplo em serviços de lazer e entretenimento ao mesmo tempo em que o serviço está sendo prestado também está sendo consumido pelo cliente.
- c) O caráter relacional: indica que o cliente tem uma participação ativa no processo de produção e avaliação do serviço. Em um salão de beleza, por exemplo, o cliente tem papel ativo no processo de produção, pois, sem sua presença não seria possível à prestação do serviço.

Esta definição dos serviços também é visível na proposta por Kon (2004), que além das características citadas por Barcet e Bonamy acrescentam outras. De acordo com a autora, na literatura econômica os serviços podem ser definidos, atualmente, seguindo quatro linhas principais: a) indústria de serviços, que são aquelas que produzem serviços no lugar de bens; b) serviços como bens de consumo ou intermediários, intensivos em trabalho, produção e consumo simultâneos; c) componente do Produto Nacional que mede os produtos de itens intangíveis; e d) são bens intangíveis, e consumidos no mesmo momento da produção.

Kon (2004) aponta ainda que as atividades de serviços podem ser abordadas a partir de duas óticas diversas. A primeira forma de análise seria o serviço como unidade de produção, ou seja, que oferecem um serviço à população. Outra ótica de abordagem seria o serviço como complementar às outras atividades econômicas, como agricultura e indústria. Na primeira ótica, tem-se o caso de uma empresa ou um profissional liberal que presta serviço diretamente à população, como médicos, advogados, economistas, empresas de consultoria, cinemas. No segundo caso, destaca-se a inter-relação entre os serviços e os demais setores da economia, existindo, neste caso, a complementaridade. Um exemplo seriam os serviços de transportes e comércio que são essenciais tanto para agricultura quanto para indústria.

O setor de serviços, como destaca Sandroni (1999), está ainda mais presente nos chamados países industrializados, respondendo por cerca da metade do PNB. Infere-se, assim, que à medida que os países vão ficando mais ricos, o setor de serviços vai ganhando maior importância. É de se esperar que as pessoas, à medida que têm aumento da renda, aumentem sua demanda pelos bens imateriais, como educação, saúde e lazer. Por outro lado, nas economias capitalistas a maior parte do tempo das pessoas é dispensada ao trabalho corporativo, fazendo com que estas terceirizem serviços pessoais. Esta afirmação pode ser fundamentada pela definição proposta por Kon (2004), que define os serviços como:

atividades econômicas que produzem utilidades relativas a tempo, lugar, forma e benefícios psicológicos. Para exemplificar o serviço doméstico por um profissional pode economizar o tempo de quem o contrata e que está engajado em outro tipo de trabalho. As lojas de departamento oferecem bens reunidos em um local mais facilmente utilizado pelo consumidor. Os serviços de informática colocam ao dispor do consumidor uma série de informações de uma maneira a ser mais utilizável. Uma peça de teatro oferece os benefícios psicológicos do entretenimento. (KON, 2004, p. 25)

Outras duas formas de abordagens são formuladas por Gershuny e Miles e são apresentadas por Kon (2004). A primeira refere-se aos serviços retidos como intermediários, ou seja, há prestação de serviços em setores primários e secundários, e estes agregam valor aos produtos destes setores. A segunda forma refere-se ao conceito e funções dos serviços.

Neste caso, a mesma função pode ser desempenhada por diferentes produtos. Por exemplo, é possível que os serviços de comunicação sejam desempenhados por produtos diferentes – cartas, telefone, internet.

Segundo Melo *et al* (1998), os primeiros autores a trabalharem a caracterização dos setores econômicos foram Fisher e Clark. Para Fisher, a economia se dividia em setor primário (agricultura), setor secundário (Indústria) e setor terciário (Serviços). O setor terciário, na visão de Fisher, é aquele que produz bens imateriais. Conforme Melo *et al* (1998), Clark substituiu a expressão “terciária” por “serviços”.

A substituição da expressão “terciário” por “serviços” foi defendida por Clark porque esta nova nomenclatura anunciava uma crescente diversificação. Ele também reconhecia que algumas atividades se orientavam quase que exclusivamente para o consumo final, enquanto outras para o consumo intermediário; umas utilizam capital enquanto outras são intensivas em trabalho. É evidente que o próprio desenvolvimento econômico contribuiu para que surgissem teorias sobre a natureza e a evolução destas atividades. (MELO *et al*, 1998, p. 8)

Para efeito de compatibilização internacional, ainda se utiliza a classificação da *Standard Industrial Classification* – ISIC, que é um grupo de especialistas reunidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para esse fim. Conforme destaca Moreira (2006, p. 10), “essa classificação categoriza os serviços em: distributivos, sem fins lucrativos, às empresas e ao consumidor.”

No Brasil, o IBGE, através da Pesquisa Anual de Serviços (2009), agrupa a atividade do setor de acordo com suas categorias de uso, nos seguintes segmentos:

- a) Serviços prestados principalmente às famílias – enquadram-se nesta categoria serviços de lazer, alimentação, hospedagem, educação, etc.
- b) Serviços de informação e comunicação – São os serviços de comunicação e informação em geral, como telecomunicações e empresas de comunicação e informação.
- c) Serviços profissionais, administrativos e complementares – enquadram os serviços técnicos, de gestão e de consultoria.
- d) Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio – Serviços de transporte em geral, atividades auxiliares aos transportes; e correio e outras atividades de entrega.
- e) Atividades imobiliárias – compra e venda de imóveis próprios; e intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis.

- f) Serviços de manutenção e reparação – manutenção e reparação de veículos automotores; de equipamentos de informática e comunicação; de objetos pessoais e domésticos.
- g) Outras atividades de serviços – serviços auxiliares da agricultura, pecuária e produção florestal; serviços auxiliares financeiros, dos seguros e da previdência complementar; e esgoto, coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais

Após o entendimento dos conceitos, funções e classificações dos serviços faz-se necessário discutir a evolução deste setor na economia ao longo do tempo, a melhor forma de verificar esta evolução é verificando as diferentes concepções sobre os serviços dentro do pensamento econômico. No próximo item, verificar-se-á que à medida que os serviços foram aumentando sua importância dentro da economia, maior importância este setor passou a ter dentro das ciências econômicas.

1.2 Setor de serviços no pensamento econômico

Até a primeira metade do século XX a maioria dos autores no âmbito da teoria econômica relegava aos serviços um caráter improdutivo. Estas ideias passam a mudar apenas a partir do processo de reestruturação produtiva das nações e a partir do crescimento econômico deste setor no Produto Interno Bruto – PIB. Nas teorias tradicionais as atividades produtivas eram apenas aquelas que produziam bens tangíveis – agricultura e indústria –, enquanto as atividades que produziam bens intangíveis – os serviços – eram vistas como residuais.

A primeira escola do pensamento econômico a desprezar a importância das atividades terciárias foi a dos Fisiocratas. Esta escola era adepta do liberalismo econômico, pois entendiam que a economia era regida por leis naturais e que, portanto, era capaz de se autorregular. Deste modo, consideravam que apenas a agricultura era produtiva e que, portanto, esta seria o único setor econômico a gerar riqueza. Os fisiocratas dividiam a economia em três classes: produtores, proprietários de terras, e os demais cidadãos. Nesta visão, as duas primeiras classes eram consideradas produtivas, pois estavam inteiramente ligadas à agricultura. Já os demais cidadãos, incluindo os envolvidos nas atividades terciárias, eram considerados estéreis, pois não geravam nenhum valor adicional à economia. Para Quesnay:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. Englobam-se no âmbito dessa classe todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação. A classe dos proprietários compreende o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da reprodução que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração. A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas da classe produtiva. (QUESNAY, 1983 *apud* FREITAS, 2006 p. 22).

Vale ressaltar que o pensamento Fisiocrata surgiu em reação às práticas mercantilistas, que considerava que a riqueza de um país era medida pela quantidade de ouro e prata que este possuía. Nesta época, a indústria ainda era bastante incipiente e o setor de serviços praticamente inexistia. Isto, portanto, pode justificar a exaltação do setor agrícola pelos fisiocratas.

Os economistas clássicos romperam com o pensamento fisiocrata, no que diz respeito à importância (excessiva) da agricultura sobre a economia. E suas teorias se voltaram mais para o desenvolvimento econômico por meio da indústria. Neste caso “as atividades manufatureiras já passam a ser consideradas produtivas, ficando reservado aos serviços o caráter improdutivo” KON (2004, p. 5). Em relação ao papel do Estado na economia, os clássicos concordavam com os Fisiocratas. Entretanto, para os Fisiocratas o equilíbrio econômico seria guiado pelas forças naturais divinas. Enquanto para o pensamento clássico, o próprio comportamento humano levaria ao bem estar social.

Para Smith (1996) os trabalhadores que atuavam em setores como agrícola e industrial eram tidos como produtivos, enquanto outros trabalhadores – como criados domésticos – eram improdutivos:

Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada. Embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo seu patrão, na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostos juntamente com um lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado. (SMITH, 1996, p.328)

Da mesma forma, para Adam Smith as pessoas que trabalhavam com artes estavam exercendo um trabalho improdutivo, que em nada contribuía para riqueza das nações. Dizia Smith:

não somente o grande proprietário de terras ou o comerciante rico, mas até mesmo o trabalhador comum, desde que seus salários sejam consideráveis, tem condições de manter um criado doméstico; que também pode às vezes assistir a uma peça ou show de marionetes, contribuindo com a sua parcela para manter um grupo de trabalhadores improdutivos; (SMITH, 1996, p.330)

É necessário considerar que quando Adam Smith escreveu sua teoria sobre desenvolvimento das nações, o contexto histórico era de principio de desenvolvimento da indústria, e o setor de serviços ainda não tinha uma participação tão grande na economia.

John Stuart Mill seguia tinha a mesma concepção de Adam Smith sobre os serviços. Para ele as atividades de serviços eram improdutivas, portanto, não contribuía para o crescimento econômico de uma nação. Segundo Mill:

Utilidades da terceira classe, que consistem em prazeres que só existem enquanto estão sendo desfrutados, e serviços que só existem enquanto executados, não podem ser qualificados como riqueza, a não ser por uma evidente metáfora. É essencial, para o conceito de riqueza, que ela seja suscetível de ser acumulada; coisas que, depois de serem produzidas, não podem ser mantidas por algum tempo antes de serem utilizadas, nunca são consideradas, creio, como riqueza, já que, por mais que delas se produza e desfrute, a pessoa por elas beneficiada não é mais rica, sua situação em nada melhora. (MILL, 1996, p. 102)

Opondo-se a Smith e Mill, Jean Batiste Say dá um enorme avanço entre os economistas clássicos ao classificar as atividades produtivas como indústria. Conforme destaca Kon (2004), Say define 3 tipos de indústrias:

- a) Indústria agrícola: realizadas diretamente na natureza;
- b) Indústria Manufatureira: transforma os produtos fornecidos pela natureza;
- c) Indústria comercial: responsável por colocar a disposição da população tudo que é produzido pelas indústrias agrícolas e manufatureiras, podendo aumentar o valor em função do transporte de um lugar para o outro;

Observa-se, que John Baptiste Say dá um significativo avanço sobre o entendimento da importância das atividades terciárias para economia, ao incluí-las como uma das atividades produtivas. Contrariando as idéias de outros economistas da escola clássica. Este avanço no pensamento econômico de Say é duramente criticado mais tarde por John Stuart Mill:

Muitos autores têm hesitado em classificar como produtivo somente o trabalho cujo resultado é palpável em algum objeto material, capaz de ser

transferido de uma pessoa para outra. Outros há (entre eles o Sr. McCulloch e o Sr. Say) que, considerando a palavra improdutivo como um termo depreciativo recusa-se a empregá-lo para qualquer trabalho que seja considerado útil — que produz um benefício ou um prazer que valha o custo. O trabalho dos oficiais do Governo, do exército e da marinha, dos médicos, advogados, professores, músicos, dançarinos, atores, criados domésticos etc., quando fazem realmente o que são pagos para fazer, e quando o seu número não ultrapassa o contingente necessário para a realização do seu trabalho, não deve — dizem tais autores — ser “estigmatizado” como improdutivo, qualificativo que parecem interpretar como um sinônimo de antieconômico ou inútil. Isso, porém, representa uma interpretação equivocada do assunto em pauta. (MILL, 1996, p. 99)

Kon (2004) ressalta que, para Say o aumento do valor dos bens não seria em função das trocas, mas em função de outras operações comerciais, como a contratação do mercado, transporte, dentre outros serviços necessários. Também aparece nos escritos de Say a preocupação com o encadeamento “para trás” e “para frente” entre o setor terciário e os demais setores da economia.

Segundo Kon (2004), George Friederich List também discorda dos seus contemporâneos clássicos, com exceção de Say, ao afirmar que os produtores de bens materiais são geradores de riqueza por gerarem valores de troca. Entretanto, os produtores de bens imateriais são produtivos em um grau mais elevado, pois dota a população de conhecimento nas mais diversas áreas, o que auxilia na promoção e sustentação das forças produtivas. Segundo List “a nação deve sacrificar e deixar de lado um pouco da prosperidade material para adquirir cultura, habilidade profissional e forças de produção” (LIST, 1983 apud KON, 2004, p. 10).

De acordo com Moreira (2006), Karl Marx acreditava que no setor de serviços as atividades de comunicação, de transporte e de armazenamento de mercadorias eram consideradas relevantes, pois aperfeiçoava a produção, através da redução de tempo e do espaço. Não obstante, para Marx (1996), todo trabalho que gera mais valia é produtivo, pois, no capitalismo, a produção não é apenas de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, mesmo que este trabalho seja fora da esfera material. Por exemplo:

um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. (MARX, 1996, p. 134)

Para Marshall, seguindo os preceitos do utilitarismo, riqueza seria o conjunto de coisas desejáveis, sejam elas materiais ou imateriais. Os bens materiais subdividiam-se em internos

(que são as habilidades inerentes a cada pessoa) e externos (que são os benefícios que uma pessoa retira de outra pessoa) (KON, 2004).

Marshall também rompe com a ideia clássica de produtividade, pois considerava este termo bastante frágil, pois “todas as distinções (clássicas) em que a palavra produtivo é usada são muito frágeis e têm um certo ar de irrealidade [...] seria melhor se seu uso fosse gradualmente diminuído” (MARSHALL, 1982 apud KON, 2004, p. 14).

John Maynard Keynes, na formulação de sua Teoria Geral, baseou-se em variáveis macroeconômicas. Neste sentido, Keynes “abriu caminho para percepção da importância de todos os setores das atividades econômicas” (KON, 2004, p. 18). Com o advento das técnicas de contabilidade social que tinha como objetivo a mensuração dos agregados macroeconômicos, tornou-se necessário uma padronização internacional de conceitos. Desta forma,

as atividades terciárias são então consideradas nesses estudos não apenas como geradoras diretas de um produto, mas também como um produto passível de mensuração, como nas demais atividades, embora tais atividades correspondam a um fenômeno consumido no próprio ato de produção (KON, 2004, p. 19).

Nesta breve discussão sobre o entendimento do setor de serviços no pensamento econômico, verificou-se ideias distintas entre os autores. Contudo, é preciso levar em conta que a linha de pensamento defendida por cada autor, ou escola do pensamento econômico, tem forte influência do contexto histórico em que viveram. Era de se esperar, por exemplo, que a escola fisiocrática defendesse a importância da agricultura para o desenvolvimento, haja vista o baixo dinamismo ainda existente no setor industrial e de serviços. No caso dos economistas clássicos, estes viveram uma época de grande desenvolvimento da indústria, e o setor de serviços tinha pouca expressão na dinâmica econômica, embora já fosse possível identificar evoluções no pensamento de Say e List. Karl Marx deu bastante ênfase à exploração do trabalho. Portanto, em sua concepção, se no setor de serviços existe a relação trabalhador/patrão, e o último lucra em função do trabalho, é porque os serviços são produtivos. Já a escola neoclássica surge em um momento em que o setor de serviços já passa a ter uma dinâmica maior. Enquanto Keynes passa a estudar as variáveis macroeconômicas, a fim de analisar os determinantes da demanda agregada. Neste sentido, o setor de serviços passa a ganhar relevância. Portanto, à medida que a economia vai se modernizando e que o setor terciário vai ganhando maior participação, novas concepções vão sendo elaboradas.

1.3 Serviços e desenvolvimento econômico

A maior parte dos teóricos mencionados até agora acredita que apenas a produção de bens materiais contribui para o desenvolvimento econômico, relegando ao setor terciário uma função residual. Apenas recentemente as atividades terciárias têm despertado o interesse de estudiosos, que procuram identificar de que forma o setor de serviços podem contribuir com a dinâmica econômica. Este interesse crescente dá-se em função do crescimento deste setor dentro da economia, especialmente em países desenvolvidos.

Kon (2004) apresenta três explicações clássicas para o crescimento do setor terciário na economia. A primeira é que, o aumento da renda familiar disponível eleva mais que proporcionalmente a demanda por serviços, e alta produtividade dos demais setores da economia cria um excedente de mão-de-obra que é absorvida pelo setor terciário que tem menor produtividade. A segunda explicação também defende que o processo de terciarização da economia é resultante do declínio de emprego no setor secundário; o desemprego na indústria ocorre em função do constante incremento de novas tecnologias que aumentam a produtividade do setor – desta forma, o setor de serviços passa a absorver a mão-de-obra excedente. A terceira explicação defende que a queda do emprego na indústria decorre do crescimento do emprego no setor público que seria uma consequência da elevação da demanda por serviços coletivos.

Kon (2004) ressalta que tanto para os economistas quanto para os geógrafos há um consenso de que o serviço é um fenômeno tipicamente urbano. Porém, o setor industrial ainda é considerado o principal responsável pelo desenvolvimento econômico e crescimento urbano. Uma das razões para isso é que o setor industrial consegue maiores encadeamentos produtivos e maior escala de produção, constituindo uma base de exportação. Ao contrário dos serviços que tem como principal característica a baixa produtividade, o que dificulta a existência de uma escala de produção maior. Sendo assim, os serviços foram considerados como setor subordinado ao setor manufatureiro, de maneira que um declínio do setor secundário acarretaria declínio do setor terciário.

Melo *et al* (1998) destacam que algumas teorias procuram explicar o crescimento dos serviços na economia. A teoria do efeito renda (baseada na lei de Engel) defende que os serviços são bens superiores, e que o crescimento da renda da população reflete o aumento do peso dos serviços no consumo final. Mas um estudo realizado por Fuchs (1968 apud KON, 2004) detectou que a elasticidade-renda dos serviços era pouco superior à dos demais produtos, o que refuta esta teoria. Para Fuchs, o aumento da renda *per capita* é responsável

pelo aumento de demandas de novos serviços (exemplo: educação, entretenimento) e não de serviços antigos (exemplo: serviços domésticos) que podem ter demanda reduzida.

Kon (2004) afirma que para alguns economistas o consumo de serviços caiu nas últimas décadas, e o principal motivo para isso está no fenômeno denominado de doença de custos – conceito derivado dos trabalhos de Baumol. De acordo com esta teoria, o aumento da produtividade no setor manufatureiro tem como consequência a elevação dos salários dos trabalhadores do setor. Desta forma, sob argumento da equidade os trabalhadores do setor terciário passariam a barganhar salários maiores. Todavia, como o setor de serviços tem baixa produtividade, os custos seriam repassados para o consumidor final, tendo como consequência a retração da demanda. Mello *et al* (1998) argumentam que, embora a hipótese de doença de custos seja comprovada empiricamente em países desenvolvidos, para os casos de economias em desenvolvimento essa relação pode ser precipitada. Os autores comprovaram empiricamente que o crescimento do setor de serviços no Brasil não está relacionado à hipótese de doença de custos.

Apesar de várias desvantagens atribuídas ao setor de serviços, como baixa produtividade, baixa qualificação dos trabalhadores e baixos rendimentos, este setor é menos vulnerável a mudanças cíclicas na economia. Isto porque, o setor de serviços, ao contrário da agricultura e indústria, demanda menos investimentos em ativos fixos ou em estoques que podem deprimir os preços no período de recessão econômica.

A importância do setor terciário também foi discutida amplamente por teóricos do pós-industrialismo. De acordo com Kon (2004) as principais premissas destas teorias eram:

- a) a geração de conhecimento é de fundamental importância para a produtividade e crescimento;
- b) a produção de bens de consumo daria lugar ao fornecimento de serviços. A eliminação dos empregos no setor primário seria seguida pelo declínio do emprego no setor secundário. Constituído-se, o setor terciário, no maior setor em proporção do emprego. O avanço da economia do país faria com que o emprego e produção focassem cada vez mais o setor de serviços, tornando os demais setores complementares; e
- c) a sociedade pós-industrial aumentaria a relevância das ocupações com alto conteúdo de informação e conhecimento. Ganhariam importância também as ocupações administrativas, profissionais liberais e técnicos que passaria a constituir o núcleo da nova estrutura social.

Do ponto de vista regional o setor de serviços tem sido fundamental para o desenvolvimento, principalmente em países como o Brasil em que muitas regiões predominam baixo investimento no setor industrial e baixa eficiência produtiva da agricultura, sobretudo por conta do clima como é o caso da Região Nordeste. Esta importância se dá principalmente pela capacidade do setor em gerar emprego e renda para a população. De acordo com Pochmann (2001 apud ALVES *et al*, 2012), desde sua origem o setor de serviços tem se apresentado como grande absorvedor de mão-de-obra, resultante em grande parte do êxodo rural e da insuficiência de postos de trabalho no setor industrial. No próximo item, será discutido mais profundamente a importância do setor de serviços para economia, analisando sua evolução no Brasil.

1.4 Setor de Serviços no Brasil

No Brasil, a partir da década de 1970, o setor de serviços passou a ganhar cada vez mais importância, tanto na geração de emprego e renda quanto na sua representatividade no Produto Interno Bruto. Melo *et al* (1998) destaca que a crescente participação do setor terciário na economia se deu em função do forte processo de industrialização da época, que culminou no aumento da urbanização. Este processo, destaca o autor, foi bastante positivo, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda. Segundo Romero (1976, p.5), “a urbanização exerce uma influência direta sobre o desenvolvimento do emprego no comércio nos serviços”.

Para Romero (1976), a geração de emprego no setor terciário neste período se deu também em função de transformações tanto no plano tecnológico como no plano social. Por exemplo, a evolução tecnológica que se verificou nos transportes e comunicações permitiu uma maior integração do mercado nacional, forçando a expansão do comércio, das finanças, dos serviços e do crédito, fato que contribuiu para uma maior absorção da mão-de-obra pelo setor. Para o autor, a crescente representatividade do setor terciário na geração de emprego também é explicada pela crescente automação do setor industrial, que passa a demandar menos mão-de-obra. Por outro lado, o setor agrícola vai perdendo importância relativa na geração de emprego.

Conforme Almeida e Kubota (2011) até os anos 1970 predominavam nas maiores capitais brasileiras o comércio de vizinhança, onde eram comercializados animais vivos, que eram abatidos no momento da compra, além da existência de açougues, vendas e armazéns. Entretanto, neste período o modelo de autosserviço dos supermercados começou a proliferar

nos maiores centros. Além disso, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho favoreceu a introdução de alimentos processados, tendo como consequência o aumento da demanda pelos serviços de supermercado.

Os autores destacam ainda que, a partir de 1970, passou a crescer no Brasil o modelo norte-americano de *shopping malls*, que desde aquela época se espalharam por todo o país, atraindo boutiques, lojas de alimentação, lojas de departamento, cinemas, parques de diversão e até mesmo casa de espetáculo como “âncoras”. Desta forma, o setor de serviços foi ganhando maior espaço dentro da economia brasileira.

Com o processo de modernização econômica e em função do próprio processo de desenvolvimento, o setor de serviços no Brasil tem ganhado bastante relevância. Segundo dados do IBGE, em 2009 o setor de serviços correspondia a 63,6% do PIB, e no ano de 2008 era responsável por 77,3% dos empregos formais do país. O crescimento do setor tem chamado atenção inclusive de investidores estrangeiros (BRASIL, 2012). Desta forma, o setor de serviços foi o principal destino dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil no ano de 2009, recebendo 14,1 bilhões de dólares em IED, o que equivale a 44,9% do total do IED daquele ano (BRASIL, 2012).

Em função da importância dos serviços para economia brasileira, o governo criou por meio do decreto nº 5.532, de 6 de setembro de 2005, a secretaria de Comércio e Serviços (SCS) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A SCS tem como principal função:

a formulação, coordenação, implementação e avaliação das políticas públicas e dos programas e ações para o desenvolvimento dos setores de comércio e de serviços; a análise e acompanhamento das tendências dos setores de comércio e serviços no País e no exterior; a formulação, implementação e divulgação de sistemáticas de coleta de informações sobre os setores; e a supervisão dos registros de comércio e atividades afins, em todo o território nacional (BRASIL, 2012).

Ao falar de setor terciário no Brasil, não é possível deixar de fora o tema informalidade. A partir da década de 1990, com o esgotamento do Processo de Substituição das Importações, o país passa por um processo de abertura comercial, com o objetivo de dar maior competitividade à indústria nacional. Neste contexto, o país passa por um processo de reestruturação produtiva, que visava, sobretudo, a diminuição de custos. Sendo assim, o setor terciário passou a exercer uma forte influência na absorção de emprego. Mas conforme destaca Correa e Lopes (2009), “a ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de

serviços e a queda do emprego industrial modificaram a dinâmica do mercado de trabalho e o avanço da informalidade tornou-se evidente.

Correa e Lopes (2009) chamam atenção para a difícil conceituação de mercado informal, em função da variedade de definições existentes. Entretanto, para uma grande quantidade de autores, o trabalho informal é aquele em que:

prevalece o mínimo de intervenção do governo, não cumpre as leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, sem contratos registrados junto à seguridade social, sem tempo de duração e sem que sejam definidos de forma clara itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros. (CORREIA;LOPES, 2009, p. 1)

Embora a informalidade esteja presente em todos os setores da economia, é no setor de serviços que esta se dá de forma mais exacerbada. Conforme destaca Ramos e Ferreira (2005, p.5), em referência ao estudo realizado sobre a informalidade nas regiões metropolitanas brasileiras, “o setor de serviços sempre foi, ao longo do período analisado, muito mais marcado pelos vínculos informais do que a indústria de transformação”. Neste estudo ficou evidenciado que entre os anos de 1991 e 2001 a informalidade no setor de serviços ficou praticamente inalterada, em um patamar ligeiramente inferior a 60%, ao passo que a indústria de transformação passou de um patamar de 16% em 1991 para 30% em 1999.

O setor de serviços no País tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico de muitas regiões, especialmente no que se refere à geração de emprego e renda para a população. Mesmo os empregos informais gerados pelo setor têm sua parcela de contribuição para a dinâmica econômica de muitos municípios. Sabe-se que no Brasil a produção industrial é bastante concentrada, com destaque para a região sudeste, que detém os principais complexos industriais do país. Em contrapartida, alguns municípios, principalmente na região nordeste não conseguem desenvolver o setor agrícola de forma eficiente.

Por conseguinte, o setor terciário passa a ser o principal meio de crescimento e desenvolvimento econômico destes municípios, mas, vale ressaltar que este setor não se desenvolve igualmente em todos os municípios. Em geral, existe uma cidade polo que oferta os mais variados bens e serviços que atendem a população local e regional, seu entorno é formado por centros urbanos menores que não conseguem atender todas as necessidades de seus habitantes. Desta feita, faz-se necessário o estudo das teorias da economia regional e urbana para melhor compreensão deste fenômeno, é o que o que será discutido no próximo capítulo.

2 ECONOMIA REGIONAL E URBANA

Neste capítulo serão apresentadas as principais teorias da economia regional e urbana, inicialmente serão discutidas as teorias clássicas de localização. Merece destaque neste item a teoria dos lugares centrais de Christaller. Em seguida, discute-se as teorias baseadas em fatores aglomerativos. Nesta seção destacam-se a teoria de polos de crescimento de Perroux e a teoria de base de exportação proposta por Douglas North, ambas essenciais para o entendimento deste estudo. Adiante, será abordada a importância das aglomerações produtivas para o desenvolvimento regional. E por fim, apresenta-se o estudo sobre as Regiões de Influências das Cidades, realizado pelo IBGE.

2.1 Teorias clássicas de localização

O desenvolvimento das cidades pode estar diretamente relacionado com a sua localização dentro de uma determinada região, isto porque cidades centrais podem exercer uma grande influência na região em que está inserida. A maior proximidade em relação aos demais centros faz com que estas cidades tenham uma ampliação do seu mercado consumidor, que vai além do mercado doméstico. Por outro lado, cidades periféricas caracterizam-se por ter oferta de bens e serviços reduzidos, que não atende plenamente as necessidades dos seus habitantes. Fazendo com que estes busquem em centros urbanos maiores, determinados tipos de bens e serviços. A cidade central, portanto, é hierarquicamente superior às demais cidades da região, por ofertar maior diversidade de bens e serviços e por ter um maior alcance do mercado consumidor, constituindo-se assim uma base exportadora. A centralidade urbana traz diversas vantagens, como – menor custo de transportes, maior alcance do mercado consumidor e maior acesso aos produtos (insumos) ofertados pelas cidades localizadas em seu entorno. Diante da relevância deste tema muitos autores se dedicaram a formular teorias voltadas para localização, seja localização das empresas, seja localização do próprio centro urbano.

Um dos primeiros teóricos a tratar sobre este tema foi Johan Henrich Von Thunen, dando enfoque, principalmente, ao setor agrícola. Em seu estudo o autor considera que as atividades agrícolas se desenvolvem ao redor de um centro urbano isolado e independente do resto do sistema econômico. Sua teoria parte da hipótese que a fertilidade da terra e os custos de transportes são iguais em qualquer ponto da região. Von Thunen destaca que a cidade central deveria abastecer toda zona rural adjacente de produtos industrializados, e em troca receber produtos agrícolas (BRUE, 2005).

O modelo de Von Thunen procurou verificar de que forma as atividades agrícolas se estruturavam em volta do centro urbano. De acordo com o autor, ao redor da cidade iriam se formando anéis concêntricos, demonstrando que há um padrão de vantagens locacionais no uso da terra de acordo com as características de produção (MATOS, 2005). Conforme destaca Brue (2005), na teoria de Von Thunen os anéis mais próximos à cidade seriam dedicados ao cultivo de produtos pesados ou volumosos, em função, da dificuldade de transporte e do custo. As terras mais próximas também deveriam ser reservadas ao cultivo de produtos altamente perecíveis, que deveriam ser consumidos rapidamente. Os anéis mais distantes seriam destinados à produção de bens mais baratos de serem transportados e de menor perecibilidade. Em suma, a preocupação principal de Von Thuner era determinar

[...] a composição, em torno da cidade, a composição de culturas que maximiza a renda da terra, a qual depende, em cada ponto, da distância do mercado. Como o preço na cidade é constante, a renda líquida do agricultor diminui à medida que aumenta sua distância da cidade. (AZZONI 1982 apud DONDA JUNIOR, 2002, p.29)

Assim, a teoria de localização de Von Thunen tem grande enfoque nos custos de produção, afinal, o autor procura determinar como deverá ser estruturada a produção agrícola da região de forma a minimizar os custos. Além disso, trata-se de uma análise estática, pois desconsidera a inter-relação da região em estudo com o restante do sistema econômico.

Enquanto Von Thunen procurou estabelecer em quais faixas de terras deveriam se desenvolver determinadas atividades agrícolas, Alfred Weber se aprofundou sobre a localização das indústrias, mas neste caso o autor tentou verificar qual era a localização ideal para o desenvolvimento de determinada atividade industrial. Assim como o seu antecessor, Weber concluiu que a melhor localização seria aquela que minimizasse o custo de produção total.

Conforme destacam Santos e Ribeiro (2009), na teoria weberiana três fatores principais influenciam a localização da indústria: custo de transportes, custo de mão-de-obra, e forças de aglomeração. A fim de simplificar seu modelo, Weber partiu do pressuposto de que – as matérias primas são encontradas apenas em algumas localidades, a situação e o tamanho do mercado são dados, a mão-de-obra não tem mobilidade, os consumidores estão concentrados em centros urbanos, o mercado é perfeitamente competitivo e os custo de transporte são uniformes.

Na concepção de Weber os custos dos transportes são tidos como o principal fator que condiciona a instalação da indústria em determinado local. Conforme destaca Matos (2005, p. 40), “Weber determina o ponto de custo total de transportes mínimo utilizando o triângulo

locacional”. Neste triângulo existe um ponto de consumo, que simboliza o mercado e dois pontos que simbolizam a localização das matérias-primas. Desta forma a indústria deverá se localizar no ponto em que os custos de transporte de matérias primas e custos de transportes dos produtos acabados para o mercado sejam os menores possíveis.

O segundo fator que afeta a localização da indústria é o custo de mão-de-obra. Se em determinado local o custo com mão-de-obra for tão baixo a ponto de compensar os custos com transportes, é neste local que a indústria se instalará. Conforme destaca Ferreira (1975 apud MATOS, 2005, p. 42):

Pontos onde as despesas com mão-de-obra sejam menores podem atrair firmas, caso os custos totais sejam mais favoráveis. O custo de mão-de-obra pode causar influência sobre a localização de uma indústria a partir do momento em que o montante economizado com a mão-de-obra é maior que o custo adicional de transporte originado pela mudança da firma do ponto de custo mínimo de transporte.

O terceiro fator destacado por Weber e que também pode condicionar a localização industrial, é o fator aglomerativo. Neste caso, a proximidade com as demais indústrias poderiam minimizar os custos, em função, da maior facilidade de comunicação com as demais indústrias, inclusive com aquelas que produzem bens complementares.

Auguste Lösch foi um grande crítico das obras de Von Thunen e Weber, por acreditar que à localização das atividades econômicas não podem ser pré-definidas. Conforme destaca Donda Junior (1975, p. 34), Lösch considera que seria:

impossível explicar a localização de uma empresa, de uma indústria, ou de uma cidade, mas não apenas isso, também considera que essa explicação não tem valor. Para Lösch a verdadeira obrigação do economista não é explicar a triste realidade existente, mas melhorá-la.

Lösch ainda difere destes autores por atribuir à demanda o principal fator de atração das empresas. Enquanto para Von Thunen e Weber as empresas teriam que se instalar em um local onde os custos fossem minimizados. Para Lösch, o empresário buscaria se instalar no local onde a diferença entre receitas e custos fosse a maior possível, ou seja, onde houvesse a maximização do lucro. A teoria de Lösch busca compreender como as diversas atividades econômicas se arranja dentro do espaço econômico. Para tanto, conforme destacam Santos e Ribeiro (2005), em seu modelo ele parte das seguintes hipóteses:

- a) O mercado é um plano homogêneo, em que os consumidores se distribuem de forma equilibrada;

- b) Não são admitidas variações na distribuição espacial de matéria prima, mão-obra e capital;
- c) Os gostos e preferências dos consumidores são constantes e os rendimentos idênticos;
- d) O custo de transporte é proporcional à distância percorrida;
- e) Os consumidores e produtores têm perfeito conhecimento do mercado, portanto, buscam maximizar a utilidade e o lucro.

Para Lösch, na ausência de concorrência a área de mercado se apresentaria num formato circular, em que a fábrica ficaria localizada no centro. Mas a partir do momento em que outros produtores entram no mercado, a área de vendas é reduzida tornando-se um hexágono e todo o espaço é preenchido. De acordo com o autor, o formato hexagonal é o “mais favorável, pois, permite o maior volume de vendas possível, possibilitando que todos os consumidores sejam atendidos com menor fricção da distância” (FIGUEIREDO, 1998 apud MATOS, 2005 p. 45).

O geógrafo alemão Walter Christaller em sua teoria, denominada de Teorias dos Lugares Centrais – TLC, procura compreender o que determina o tamanho e a localização das cidades. Para Breitbach (1988), a TLC representa um avanço nas formulações teóricas referentes à problemática regional. Isto porque, Christaller trata não apenas da cidade propriamente dita, mas também do seu entorno. Além disso, o autor passa utilizar conceitos bastante elaborados como centralidade, região complementar e hierarquia.

Segundo Cavalcante (2009), Christaller iniciou a elaboração de sua teoria ao observar as cidades do sul da Alemanha, verificando que estas se localizavam de forma equidistante entre si. Conforme destaca Lima e Simões (2007, p.65), para entender o que determinava a distribuição e o tamanho das cidades, Christaller desenvolveu dois conceitos fundamentais:

- i) limiar da demanda de um bem, que representa o nível mínimo de demanda por um bem ou serviço que assegura sua produção local (garante retornos crescentes); e ii) alcance de um bem ou serviço, ou seja, a maior distância que os potenciais consumidores, dispersos no território, estão dispostos a percorrer para adquiri-lo. (LIMA; SIMÕES, 2007 p. 65)

Com base nestes conceitos Christaller concluiu que quanto maior o limiar e o alcance, menor será a quantidade de cidades disposta a oferecer o bem ou serviço, em função do custo de produção. Com isso seria possível determinar uma hierarquia das cidades em determinada região, que será formada pelos lugares centrais capazes de oferecer bens e serviços mais sofisticados (região de referência); pelos lugares centrais de ordem inferior, que são menores

que a economia de referência; e pelas regiões complementares aos centros de primeira e segunda ordem. (LIMA; SIMÕES, 2007)

O norte-americano Walter Isard quebrou o predomínio dos alemães no que diz respeito à elaboração de teorias de localização. De acordo com Lopes (2012), Isard procurou fazer uma espécie de síntese das obras de seus antecessores, além de incorporar novas disciplinas à análise espacial. Isard “percebendo a necessidade de incorporação de novas disciplinas à análise, termina propondo uma linha de pensamento que se convencionou chamar de ‘*Regional Science*’” (CAVALCANTE, 2009, p.12). Assim como Weber, Isard aprofundou suas análises nos custos de transporte, desta forma, seu modelo pode ser considerado um aperfeiçoamento daquele elaborado por Weber. Segundo Isard, os custos dos transportes é a principal explicação para o padrão de distribuição espacial das atividades econômicas (Donda Júnior, 2002).

2.2 Teorias baseadas em fatores aglomerativos

As teorias de desenvolvimento regional, sobretudo, a partir da segunda guerra mundial foram ganhando maior espaço dentro das ciências econômicas. Observou-se até aqui, que poucos foram os pensadores econômicos que deram importância ao fator espaço para desenvolvimento econômico. Os poucos autores que trabalharam este tema davam principal ênfase à questão da localização das atividades produtivas, como foi o caso de Von Thunen, Weber e Isard que atribuíam aos custos de transportes o principal determinante para instalação de uma firma (agrícola ou industrial). Christaller e Lösch não procuravam determinar a melhor localização para implantação de uma firma, mas procurou identificar a lógica de crescimento, organização e localização das cidades dentro de uma região econômica. A partir da segunda guerra mundial os estudos sobre a Economia Regional procuraram explicar os fatores que levam ao desenvolvimento. Para tanto, foi dada maior ênfase aos fatores aglomerativos. As análises estáticas da economia neoclássica deram lugar à análise da dinâmica regional.

O economista francês François Perroux, lançou sua teoria baseada na noção de Polos de Crescimento, que tinha forte influência das idéias sobre inovação de Schumpeter. A idéia principal de Perroux era que o desenvolvimento econômico não ocorria simultaneamente em todas as regiões, mas, em apenas algumas regiões que ele denominou de Polos de Crescimento. Conforme destaca Breitbasch (1988, p. 35):

A preocupação principal de Perroux, através da identificação de polos de crescimento, é demonstrar que a expansão econômica não se dá de maneira

equilibrada e homogênea, como propunham os modelos de equilíbrio estático

As regiões de maior desenvolvimento, segundo Perroux, seriam capazes de dinamizar todo o seu entorno. Isto ocorre, porque nos polos de crescimento está situada a indústria motriz, que para Perroux, é aquela que tem maior dinâmica econômica e que, portanto, tem crescimento econômico acima da média do restante do sistema. Conforme destaca Breitbasch (1988 p. 35), para Perroux “esse tipo de empresa (ou grupo de empresas) tem condições de exercer um efeito propulsivo na atividade econômica”. Outro tipo de indústria que Perroux menciona, são as indústrias movidas, que são afetadas positivamente pelo crescimento da indústria motriz. Por estarem localizadas na mesma região, o crescimento da indústria principal (motriz) faz com que as indústrias secundárias (movidas) também cresçam. Este crescimento pode vir por meio de compras diretas da indústria motriz, em função do encadeamento produtivo.

O desenvolvimento na noção de Perroux dá-se, portanto, em função das desigualdades, ou seja, sempre haverá um local mais dinâmico, dominador e, a perpetuação deste desenvolvimento é de fundamental importância para a dinâmica da região como um todo.

Em meio a esse processo de crescimento na desigualdade, pode-se observar que está presente a idéia de dominação, no sentido de que o desenvolvimento vai se dar às custas de uma diferenciação de influências, ou seja, as atividades principais vão dominar, com sua racionalidade própria, as demais atividades, provocando um quadro heterogêneo. (BREITBASCH, 1988 p. 35)

Os estudos de Perroux sobre polos de crescimento fizeram com que o tema entrasse na pauta de planejamento de governos em várias partes do mundo. Conforme assinala Miyoshi (1997 apud CAVALCANTE 2009 p. 14), “pelo menos 28 países chegaram a implementar ou discutir seriamente estratégias de desenvolvimento regional baseadas nos polos de crescimento de Perroux.” Mas na prática a ideia de que um polo de crescimento levaria ao desenvolvimento de toda região não foi confirmada. De acordo com Cavalcante (2009), a instalação de indústrias motrizes em algumas regiões não foi capaz de difundir inovações tecnológicas, tendo como principal efeito a concentração regional das atividades dos países que adotaram. Cavalcante (2009) citando Miyoshi (1997), afirma que o próprio Perroux procurou se defender das críticas ao seu modelo, ao questionar se havia algum lugar no planeta em que o processo de desenvolvimento e crescimento tenha ocorrido sem a presença e os efeitos de centros dinamizadores.

Gunnar Myrdal compartilha dos argumentos de Perroux ao afirmar que o crescimento não ocorre de forma simultânea em todos os lugares, pois “o jogo das forças do mercado opera no sentido da desigualdade” (MYRDAL, 1957 apud CAVALCANTE, 2009 p. 16). De acordo Lopes (2012), Myrdal insere a noção de causação circular cumulativa, que significa dizer, que regiões industrializadas tendem a se beneficiar de uma conjuntura favorável, inclusive drenando fatores das regiões mais pobres.

Conforme destaca Lima e Simões (2009), Myrdal evidenciou as disparidades econômicas entre os países, classificando-os em dois grupos: os países desenvolvidos, que são aqueles com maior industrialização e maior nível de renda; e os países subdesenvolvidos, caracterizados por baixo crescimento e níveis baixíssimos de renda *per capita*. Myrdal destaca ainda, que dentro dos próprios países, sobretudo naqueles do grupo dos subdesenvolvidos, existe uma grande disparidade econômica. Em meio ao acirramento das desigualdades econômicas regionais, Myrdal conforme destaca Lopes (2012), chama atenção para a necessidade de intervenção do Estado a fim de atenuar estes efeitos negativos. Cavalcante (2009 p. 12) destaca que “o processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões.”

Compartilhando as concepções de Perroux e Myrdal, Albert Hirschman concorda que o desenvolvimento econômico não ocorre simultaneamente em todas as partes. O que faz com que este autor também tenha um posicionamento intervencionista, pois, considera que as forças do mercado não são capazes de atenuar as desigualdades econômicas. Em sua análise sobre o desenvolvimento regional, Hirschman discute os conceitos de efeitos para frente e para trás. Conforme destaca Cavalcante (2009), os efeitos para trás ocorre quando as indústrias instaladas na região aumentam sua demanda por insumos no setor a montante, ao passo que os efeitos para frente resultam da oferta de insumos de setores posicionados a jusante. Esta situação, portanto, levaria a certa dinâmica econômica na região.

Outro autor que se dedicou a análise da economia regional foi Douglas North, que lançou o conceito de base de exportação, que é de fundamental importância para o entendimento da dinâmica econômica local. Ao analisar a região do Pacífico Noroeste nos Estados Unidos, North identificou que o desenvolvimento daquela região ocorreu em função da produção e exportação de três produtos: trigo, farinha e madeira. Conforme destaca Lima e Simões (2009), North verificou que o crescimento econômico daquela região estava diretamente relacionado às exportações dos produtos básicos, entre 1860 e 1920, 40% a 60% da renda vinha do setor exportador. North observou ainda, que as demais atividades do setor secundário e terciário eram totalmente voltadas para atender o mercado local. E que todo

desenvolvimento da região dependeu desde o início da sua especialização na produção de produtos exportáveis (LIMA; SIMÕES, 2009).

As idéias de North ainda são bastante atuais, e pode ser aplicada para qualquer setor econômico, até mesmo para setor terciário, embora este não produza bens físicos. Conforme destaca Lopes (2012) a base exportadora regional é de fundamental importância para o desenvolvimento do lugar central, pois leva a formação de economias de especialização regional.

2.3 Distritos industriais, *Clusters* e APL

As aglomerações das atividades produtivas são amplamente debatidas quando se pensa em economia regional. Isto porque, em várias regiões do mundo ficou evidenciado que estas “reuniões de empresas”, quando atendido alguns requisitos, podem resultar em maior dinâmica econômica para as regiões. Isto ocorre, porque a proximidade territorial entre as empresas resultam em maior vantagem competitiva, haja vista que esta aglomeração pode trazer diversas vantagens, como — redução dos custos de transportes, melhor acesso às matérias primas, melhor comunicação intraindustrial, melhor infraestrutura local, acesso a mão-de-obra qualificada e a serviços especializados, além do apoio do poder público, universidade e outras entidades.

Por sua vez o crescimento destas empresas leva a maior dinâmica econômica na região como todo, através de geração de emprego e renda para a população. As aglomerações produtivas têm várias conceituações dentro da literatura econômica, o que muitas vezes dificulta a diferenciação de um tipo para outra. Os principais tipos de aglomerações produtivas são: Distritos Industriais, *Clusters* e Arranjos produtivos locais – APL.

O conceito de distritos industriais foi introduzido inicialmente por Alfred Marshall no final do século XIX, e serviu de base para os estudos posteriores sobre aglomerações. Os distritos industriais marshallianos caracterizam-se pela predominância de pequenas empresas, com economias de escalas pouco significativas, em que o encadeamento e cooperação são praticamente inexistentes fora do distrito. (MARKUSEN, 1995 apud PAGANI, 2006)

A definição sobre os distritos industriais é, entretanto, reformulada por diversos autores, embora a essência seja a mesma. Ao analisar aglomerações produtivas tradicionais de pequenas e médias empresas localizadas na região centro-oriental da Itália, conhecida como terceira Itália, Becant caracteriza os distritos industriais como:

entidade sócio-territorial caracterizada pela co-presença ativa, numa área territorial circunscrita, natural e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas industriais. BECATTINI (1989, apud MELO, 2006 p.32)

Conforme Pagani (2006), os distritos industriais italianos caracterizam-se pela existência de pequenas e médias empresas, voltadas para produção de um segmento específico, com intensa divisão do trabalho e divisão interempresarial. Os novos conceitos de distritos industriais, portanto, evidencia a importância do fator histórico, da característica da região e das relações sociais informais existentes.

No Brasil os distritos industriais, em função de suas características, têm um conceito diferente daqueles observados na literatura econômica. Conforme ressalta Pagani (2006), os distritos industriais brasileiros caracterizam-se pela aglomeração de indústrias diversas, não havendo quaisquer vínculos entre as empresas, seja por afinidade de segmento, seja por complementaridade de processo ou produto.

Outro tipo de aglomeração produtiva presente na literatura econômica são os *clusters*. Este termo foi introduzido por Porter ao estudar as vantagens competitivas das nações, na visão de Porter a concentração geográfica de empresas teria como consequência maior vantagem competitiva, que por sua vez contribuiria para o desenvolvimento econômico da nação. Para Porter os *Clusters* podem ser conceituados como:

Concentrações geográficas de companhias e instituições interconectadas em uma determinada área. *Clusters* envolvem um conjunto de indústrias associadas e outras entidades importantes para a competição. Elas incluem, por exemplo, fornecedores de ‘inputs’, tais como componentes, maquinário e serviços, e provedores de infra-estrutura especializada. Geralmente, os *clusters* também se estendem a canais e clientes e lateralmente a fabricantes de produtos complementares e companhias em indústrias relacionadas por competências, tecnologias ou ‘inputs’ comuns. Finalmente, muitos clusters incluem governos e outras instituições – tais como universidades, agências normatizadas, consultorias, provedores de treinamento vocacional, e associações comerciais – que fornecem treinamento, educação, informações, pesquisas, e suporte técnico especializado (PORTER 1998 apud ALMAS, 2012, p.7).

Com base na caracterização proposta por Porter, é possível afirmar que os *clusters* são extremamente competitivos, uma vez que existe nestas aglomerações forte especialização em um determinado segmento. Isto faz com que os *clusters* superem facilmente os limites dos mercados locais. Dentro destes aglomerados há um forte mix de cooperação e competição.

Este tipo de aglomeração gera para as indústrias diversas vantagens, como maior facilidade de obtenção de mão-de-obra qualificada, atração de fornecedores, aparecimento de

indústria complementares, maior atenção por parte do poder público, no que se refere à investimentos em infraestrutura e educação. Por fim, a maior cooperação entre empresas possibilita a união destas para tirarem vantagens no mercado. Por outro lado, a proximidade entre estas empresas pode gerar rivalidade, o que pode ampliar a capacidade de inovação das indústrias instaladas nos *clusters*. As empresas têm que procurar, portanto, se diferenciar uma das outras, a fim de obter maior competitividade.

Outro conceito bastante difundido quando se trata de aglomerações é o de Arranjos Produtivos Locais – APL. A definição de um APL também é repleta de semelhanças com os conceitos de distritos industriais e *clusters*. Para Alves e Schiavetto (2009), os APL podem ser tomados como tradução do termo *cluster*, até mesmo na ambigüidade que o termo em inglês envolve. Para Cassiolato e Lastres (2003) os APL podem ser definidos como:

aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO E LASTRES 2003 apud PAGANI, 2006, p. 52).

Costa (2007) também define APL de forma semelhante, mas acrescenta a importância das relações socioculturais e da potencialização dos recursos disponíveis na região, para este autor estas aglomerações produtivas

desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica sócio-econômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sócio-cultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade. (COSTA, 2007, p. 128)

Quando comparados o conceito de *cluster* proposto por Porter e os conceitos de APL acima discutidos, fica evidente a difícil diferenciação destes dois tipos de aglomerações produtivas. Por isso, conforme destaca Aquino e Bresciani (2005), estes termos são considerado sinônimos na literatura internacional. Alves e Schiavetto (2009) também afirma que os APL são entendidos e classificados como *cluster* por diversos autores na literatura. Todavia, para ele existe uma diferença entre esses dois modelos de rede, pois, um APL tem a

finalidade de produção, ao passo que um *cluster* pode estar voltado para outro tipo de negócio, como comércio e prestação de serviços.

2.4 Centralidades e Hierarquia urbana no Brasil

Até aqui foi discutido as diversas teorias voltadas para problemática regional, desde as teorias clássicas de localização até as discussões sobre a importância das aglomerações de atividades produtivas para o desenvolvimento local. Mas, uma das teorias base para este estudo, e que merece atenção especial é a teoria das localidades centrais, proposta por Christaller. Segundo esta teoria, bens e serviços de consumos cotidianos são encontrados facilmente em diversos municípios e atendem áreas de maior proximidade, ao passo que alguns grupos de bens e serviços são raramente encontrados nestes locais, sendo ofertados em uma quantidade reduzida de municípios. Foi através desta observação que Christaller observou que a organização das cidades segue uma determinada hierarquia, que ocorre em função da oferta de bens e serviços.

Determinados centros urbanos podem ofertar os mais variados tipos de bens (automóveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis) e serviços (hospitais, escolas, universidades, shoppings, cinemas, teatros, serviços públicos), exercendo forte influência em sua região. Outros centros urbanos também podem ofertar uma gama enorme de bens e serviços, mas podem deixar de ofertar alguns serviços, fazendo com que as necessidades da população não sejam completamente atendidas – por exemplo: alguns serviços de saúde. Ainda assim, esta cidade pode exercer forte influência entre as cidades próximas, porém, numa hierarquia abaixo do centro principal.

Por outro lado, grande parte dos municípios oferta bens e serviços voltados para as necessidades cotidianas, como: mercearias, feiras livres, algumas especialidades médicas, escolas. Estas cidades são fortemente polarizadas por centros urbanos maiores, pois, grande parte das necessidades de seus habitantes é atendida por estes centros. Esta situação ocorre em função da hierarquia existente entre as cidades.

Com base na teoria desenvolvida por Christaller, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE desenvolveu um estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), que teve sua última edição lançada em outubro de 2007. A REGIC objetiva subsidiar o planejamento do estado no que se refere à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, conhecer as relações sociais vigentes e os padrões espaciais que delas emergem (IBGE,2007) .

Em estudos realizados anteriormente pelo IBGE (1966, 1978 e 1993) a hierarquia urbana das cidades e a delimitação das regiões de influências brasileiras foram definidas por meio de questionários que avaliavam o fluxo de consumidores em busca de bens e serviços. Mas “na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território” (IBGE, 2007, p. 9). Para Offner (2000 apud IBGE, 2007) existem atualmente dois tipos de sistemas urbanos, a saber: o sistema de localidades centrais – tais como proposto por Chritaller – em que a região forma-se em torno de um centro urbano principal. E o sistema reticular, em que a cidade estabelece fluxos regionais, nacionais e mundiais – como as grandes metrópoles. Na REGIC (2007) para definição dos centros urbanos o IBGE considerou:

informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, dedeslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território. (IBGE, 2007 p. 8)

Para definir as regiões de influências dos Centros Urbanos foram investigados as principais ligações de transportes regulares e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obtenção de bens e serviços. Para definição da hierarquia dos centros urbanos a REGIC considerou a “intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações” (IBGE 2007, p. 11). Desta forma as cidades foram classificadas em 5 grandes níveis, que por sua vez foram subdivididas em 2 ou 3 níveis. Os 5 grandes grupos de cidades foram classificados da seguinte forma:

- a) **Metrópoles** – são os 12 principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.
- b) **Capital regional** – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

- c) **Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais.
- d) **Centro de zona** – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.
- e) **Centro local** – as demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes). (IBGE, 2007 p. 11-13).

Para melhor compreensão desta divisão será utilizada a Bahia como exemplo, pois, o município objeto deste estudo localiza-se neste Estado. De acordo com IBGE (2007), Salvador – metrópole – tem uma rede urbana que corresponde a 8,8% da população nacional e 4,9% do PIB brasileiro. A capital baiana, isoladamente, possui 22,4% da população e 44% do PIB da sua rede. Possui também a maior renda *per capita*, R\$ 12,6 mil ante R\$ 4,6 mil para os demais municípios. A rede de Salvador além de abranger o Estado da Bahia, contempla também o Estado de Sergipe, sendo que o Oeste da Bahia também sofre influência de Brasília. A rede urbana de Salvador é composta por:

- a) **06 Capitais Regionais:** Aracaju; Feira de Santana, Ilhéus–Itabuna e Vitória da Conquista; Barreiras e Petrolina–Juazeiro.
- b) **16 Centros Sub-regionais:** Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Itabaiana, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Valença
- c) **41 Centros de Zona:** Caetité, Camacan, Conceição do Coité, Ipiaú, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique (BA), Ouricuri (PE), Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá (SE), Amargosa, Barra, Boquira, Caculé, Capim Grosso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Gandu, Ibicaraí, Ibotirama, Jaguaquara, Livramento de Nossa Senhora, Nazaré, Paramirim, Poções, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santana, Serra Dourada e Valente (BA), Belém de São Francisco (PE), Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores.

Portanto, este exemplo estabelece a hierarquia urbana da Região que compreende o Estado da Bahia e de Sergipe, tendo Salvador como Metrópole – que é a cidade que possui a maior oferta de bens e serviços, maior dinâmica econômica, maior quantidade de órgãos públicos federais e estaduais, maior quantidade de empresas, melhores vias de acesso e principal aeroporto. Estas características fazem com que esta cidade exerça uma força polarizadora em todo o Estado Bahia e do Sergipe – incluindo sua capital Aracaju –, que é classificada como capital regional.

As capitais regionais por sua vez também são caracterizadas por possuírem grande dinâmica econômica, oferecem variados tipos de bens e serviços, possuem grande densidade populacional, dentre outras características. Da mesma forma que estas são polarizadas por Salvador, também exercem centralidade sobre as demais cidades de sua região. Os Centros sub-regionais – como é classificado o município de Guanambi – têm uma hierarquia urbana imediatamente inferior ao das capitais regionais, estes centros também oferecem uma enorme gama de serviços, mas tem atuação em área um pouco mais reduzida.

Têm-se ainda os centros de zona que são municípios de menor porte, e que exercem influência em suas áreas imediatas. Por fim, temos os centros locais, os quais a influência não ultrapassa os limites de seus territórios e, é o caso da grande maioria dos municípios baianos, que se caracterizam, principalmente, pela pequena quantidade de habitantes.

3 O MUNICÍPIO DE GUANAMBI

O objetivo deste capítulo é apresentar o Município de Guanambi, objeto deste estudo. Na primeira seção apresentam-se dados gerais do município como população, taxa de urbanização e localização. Em seguida, serão apresentados alguns aspectos históricos do município. Ainda neste capítulo, inicia-se a discussão sobre a importância do setor de serviços para o município. Para tanto, serão apresentados dados do PIB, emprego e renda. Por fim, discute-se, separadamente, a importância de alguns subsetores dos serviços para a cidade, com destaque para as atividades de saúde, educação e comércio.

3.1 Características Gerais

O município de Guanambi localiza-se a 796 km de Salvador – capital do Estado da Bahia. De acordo com IBGE (2010), o município possui uma população de 78.833 habitantes, com 79% na zona urbana. O município pertence à Microrregião de Guanambi, que é composta por 18 cidades. Faz limite com Igarorã, ao norte; Caetitê, a nordeste; Pindaí, a leste; Candiba e Sebastião Laranjeiras, ao sul, e Palmas de Monte Alto, a oeste.

Tabela 1 – Evolução da população do município de Guanambi por situação do domicílio (1970-2010)

Situação do Domicílio	1970		1980		1991		2000		2010	
	População	(%)	População	(%)	População	(%)	População	(%)	População	(%)
Urbana	11.258	36%	24.904	55%	45.127	69%	54.003	75%	62.565	79%
Rural	19.916	64%	20.622	45%	20.465	31%	17.725	25%	16.268	21%
População total	31.174		45.526		65.592		71.728		78.833	

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1992, 2000 e 2010)

Acima, a tabela 1 demonstra que, atualmente, o município de Guanambi é tipicamente urbano. Na década de 1970, 64% da população era da zona rural; em 1980 havia quase uma simetria na divisão entre população urbana e rural, embora nesta década a população urbana fosse ligeiramente maior, com 55% da população. Verifica-se adiante, que este período foi marcado pelo forte desenvolvimento do setor agrícola na região, o que pode explicar a grande participação da população rural. Mas, a partir da década de 1990, quando a cultura do algodão

entra em declínio, houve uma mudança na estrutura populacional, causado pelo êxodo rural. Em 1991 a população urbana era de 69%, passando para 75% em 2000 e 79% em 2010. Esta característica urbana do município também pode ser entendida pelo grande crescimento do setor de serviços na cidade, que é um fenômeno tipicamente urbano.

3.2 Aspectos Históricos

O território onde está localizado o município de Guanambi era de propriedade de Joaquim Dias Guimarães, dono da fazenda Carnaíba. A povoação do território iniciou-se em 1870 quando Joaquim Dias Guimarães doou parte de suas terras para construção de uma Capela para Santo Antônio, atual padroeiro da cidade. De acordo com historiadores, foi a partir das festas em homenagem a este Santo que surgiu os primeiros nomes do então arraial, chamado de Bela-Flor e Beija-Flor. Isto porque durante as festas em homenagem a Santo Antônio existia um momento voltado para beijos e mimos, promovido por uma menina chamada Flor, filha da devota Bela. A maioria que assistia à reunião era de jogadores e festeiros, que gritavam: “Beija flô”, “beija flô”. Com o passar dos anos a festa dedicada ao Santo passou a ser conhecida como festa do Beija Flô, daí a origem do primeiro nome do então Arraial.

Nove anos depois da cessão das terras por Joaquim Dias Guimarães, em 1879, foi criado, pela lei provincial nº 1879 de 23 de junho, o distrito de Paz de Beija-Flor, que pertencia ao município de Palmas de Monte Alto. A Emancipação da cidade ocorrera 30 anos mais tarde. A lei estadual nº 1.364 de 14 de agosto de 1919 elevou o Arraial de Beija-Flor a categoria de Vila, e também criou o município com o nome de Guanambi, que fora desmembrado do município de Palmas de Monte Alto.

Até o ano de 1962 o município de Guanambi era composto por quatro distritos: o distrito de Guanambi (sede), Itaguaçu (atual Mutans), Mocambo (atual Candiba) e Gentio (atual Ceraíma). Pela Lei estadual nº 1.756 de 27 de julho de 1962, Candiba se desmembrou passando à categoria de Município. Atualmente, o município é composto por quatro distritos: Guanambi, Ceraíma, Mutans e Morrinhos.

3.3 O Ciclo do Algodão

O primeiro ciclo de desenvolvimento econômico de Guanambi ocorreu no setor Agrícola, com a produção de algodão. Na década de 1980, o município de Guanambi tornou-

se principal produtor de algodão do Brasil, com uma produção anual que chegou a 240.000 toneladas em 1988 (IBGE, 1988 apud PEREIRA, 2011). A liderança produtiva no setor algodoeiro fez com que o município recebesse o título de “capital do ouro branco”. Conforme destaca Kouri e Santos (2007), neste período a Bahia foi responsável por 37% da área plantada de algodão, com destaque para a região de Guanambi. Os autores destacam que a produção algodoeira na região era feito de forma tradicional no âmbito da agricultura familiar, baseado em baixo padrão tecnológico e baixa escala de produção. Porém,

mesmo sendo baixo o padrão tecnológico, o cultivo do algodoeiro no Nordeste sempre teve papel de grande relevância, tanto como cultura de reconhecida adaptabilidade às condições edafoclimáticas da região, como fator fixador de mão-de-obra, gerador de emprego e de matéria prima indispensável ao desenvolvimento regional e nacional. (KOURI; SANTOS, 2007, p.2)

A produção algodoeira foi fundamental para o crescimento econômico e desenvolvimento urbano da cidade. O crescimento do setor foi responsável pela atração de grandes investimentos para o município – infraestrutura rodoviária, instalação de usinas de beneficiamento, construção de aeroporto e consolidação de um sistema financeiro, por meio de atração de diversos bancos. O cultivo do algodão, além de trazer diversos tipos de investimentos para o município, foi responsável por atrair inúmeros trabalhadores de todas as partes para trabalharem na colheita ou nas usinas de beneficiamento. Percebe-se que neste período o município já começa a constituir um mercado consumidor. Ainda neste período, conforme destaca Pereira (2011), surgiram na cidade os bairros luxuosos com suas belas mansões, mas também surgiram os bairros populares e as favelas para abrigar os trabalhadores que vinham de fora.

A era de prosperidade advinda da produção algodoeira entra em declínio a partir da década de 1990. Um dos principais motivos apontado para a queda na produção foi o alastramento de uma praga conhecida como *bicudo*. Todavia, conforme ressalta Kouri e Santos (2007), outras situações contribuíram para este declínio, além da estrutura produtiva tradicional encontrada na região e da incapacidade de convivência com o bicudo (*Anthonomus grandis Boheman*);

a política agrícola do Governo Federal [...] inviabilizava economicamente a cultura. O Governo Federal proibiu a exportação de pluma para garantir o abastecimento interno, porém facilitou a importação de fibras subsidiadas do exterior. Havia facilidades creditícias para importação de algodão do exterior, com longos prazos de pagamento. Os preços internos pagos aos produtores caíram e não podiam acompanhar a elevação de custo pelo surgimento da praga emergente, o bicudo. A estrutura de custos da cadeia de

produção, com base na agricultura familiar, já não se adequava para a nova realidade da globalização da economia. (KOURI; SANTOS, 2007, p.2)

A queda expressiva da produção do algodão em Guanambi pode ser observada a na tabela 2, em que se verifica que já na metade da década de 1990 a produção algodoeira era quase inexistente se comparado ao período áureo do algodão no município. Esta situação fez com que a economia local passasse por uma grande crise, afetando toda a sociedade. Conforme destaca Pereira (2011), a maioria das usinas foram desativadas ou vendidas e reinstaladas em outros estados – a exemplo de Rural, Agriverde, Sambra e Bial – transferidas para Mato Grosso do Sul; e outras foram levadas para Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães no Oeste Baiano. Com o fechamento destas usinas e diminuição da colheita do algodão, milhares de postos de trabalhos foram extintos. O município perde, portanto, o posto de maior produtor nacional de algodão.

Tabela 2 – Produção de algodão no município de Guanambi – (1990-2010)

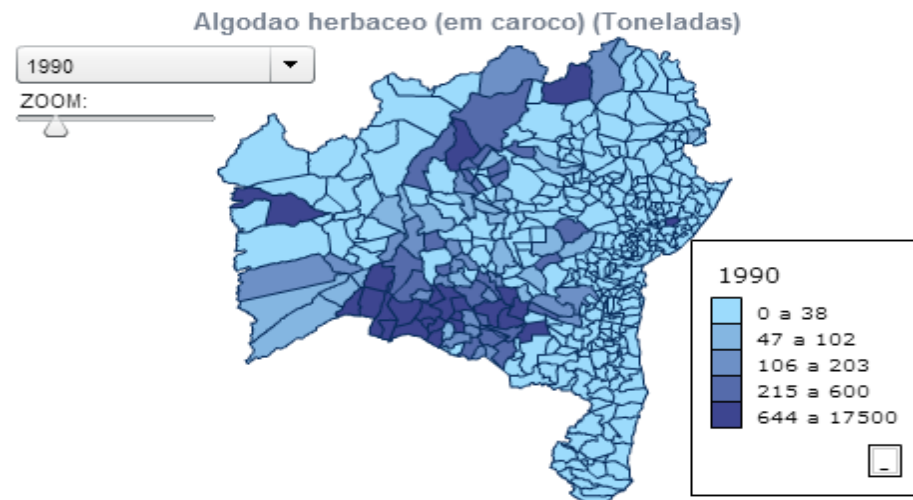
Ano	Produção de Algodão em toneladas
1990	3.360
1991	7.600
1992	6.000
1993	5.625
1994	7.020
1995	2.880
1996	1.440
1997	1.288
1998	153
1999	81
2000	520
2001	108
2002	130
2003	200
2004	720
2005	200
2006	240
2007	180
2008	540
2009	432
2010	153

Fonte: IBGE (1990-2010)

Na Bahia, a produção do algodão foi transferida para o Oeste do Estado. Conforme se observa nos mapas 1 e 2 a seguir. Enquanto em 1990 a produção de algodão se concentrava

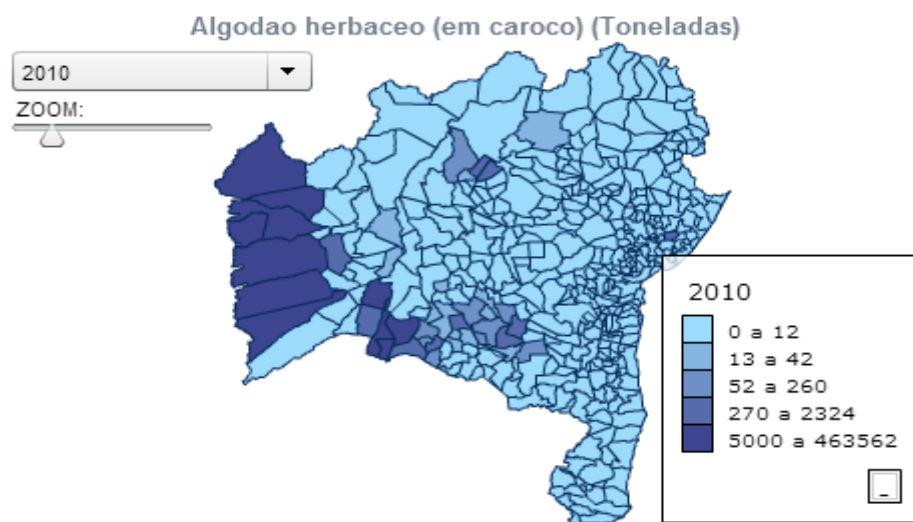
na região de Guanambi, verifica-se que no ano de 2010 esta região tem uma participação pequena, e a atividade algodoeira passa a se concentrar nas regiões de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães.

Mapa 1 – distribuição da produção de algodão na Bahia em 1990 (em toneladas)



Fonte: IBGE (1990)

Mapa 2 - Distribuição da produção de algodão na Bahia em 2010 (em toneladas)



Fonte: IBGE (2010)

Com o declínio da produção algodoeira, muitas pessoas que trabalhavam neste setor passaram a investir no setor de serviços ou comércio para atendimento da demanda local. Por

possuir a maior densidade populacional da região e por ter melhor estrutura produtiva, em pouco tempo o comércio local se expandiu, passando a atender as cidades circunvizinhas. Guanambi passa então a exercer forte influência na região. O desenvolvimento do setor de serviços é, portanto, o segundo grande momento da economia do município, que até os dias atuais é totalmente dependente da dinâmica deste setor, principal gerador de emprego e renda para a população.

3.4 Características Econômicas

Na economia do município predomina o setor terciário, com destaque para as áreas de comércio, saúde e educação. Estas atividades constituem a base exportadora do município, pois não se limitam a atender a população local, exercendo forte influência sobre a população da região, que vem a Guanambi em busca de bens e serviços que não são encontrados em suas cidades. A economia do município apresentou um excelente crescimento nos últimos anos, de acordo com dados do IBGE, em 1999 Guanambi tinha um PIB de R\$ 164,64 milhões passando para R\$ 289,36 milhões¹ em 2010. Ou seja, um crescimento real acumulado de 75,7%. A tabela 3 traz a evolução do PIB e Valor Adicionado entre os anos 1999 a 2010, descontada a inflação do período.

Tabela 3 - Valor adicionado e PIB de Guanambi a Preços Constantes

ANO	Valor Adicionado (R\$ milhões)			Valor Adicionado APU (R\$ milhões)	Impostos Sobre Produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	Crescimento do PIB
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)				
1999	5,44	20,28	123,49	28,47	15,44	164,64	
2000	7,10	22,12	121,12	29,38	18,43	168,77	3%
2001	7,23	19,41	105,57	32,87	18,25	150,46	-11%
2002	8,03	20,36	125,40	32,01	18,42	172,21	14%
2003	9,99	17,60	126,53	32,71	19,87	173,99	1%
2004	9,82	19,65	122,26	32,54	20,60	172,33	-1%
2005	7,78	24,24	139,21	36,90	24,32	195,54	13%
2006	7,14	22,25	154,45	42,76	24,82	208,66	7%
2007	9,52	22,71	174,68	46,03	23,95	230,86	11%
2008	10,33	24,36	195,26	54,39	26,97	256,92	11%
2009	8,40	27,99	198,95	55,36	23,39	258,74	1%
2010	7,68	37,87	215,41	61,97	28,41	289,36	12%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEI/IBGE (1999-2010)

¹ A tabela 3 apresenta a evolução do PIB e Valor Adicionado deflacionados com base no IPCA do período 1999-2010

O vigoroso crescimento econômico do município nos últimos anos foi liderado pelo setor de serviços, que tem participação superior a 80% no valor adicionado. Entretanto, quando se analisa o crescimento dos setores econômicos no período 1999-2010, verifica-se que a Indústria teve um crescimento real acumulado de 87%, ao passo que o Setor de Serviços obteve crescimento de 74% e a Agropecuária 41%. Apesar de o setor industrial ter apresentado crescimento ligeiramente superior ao do setor de serviços neste período, observa-se que o setor secundário tem uma participação relativa muito pequena no PIB. Conforme se verifica na tabela 4, a participação da indústria no valor adicionado em 2010 foi de apenas 14,5%, ante 82,5% do setor de serviços. O setor primário, que na década de 1980 era o motor da economia local, teve uma participação ínfima de 2,9%. Abaixo, a tabela 4 demonstra a participação dos setores econômicos no valor adicionado, entre os anos de 1999 e 2010.

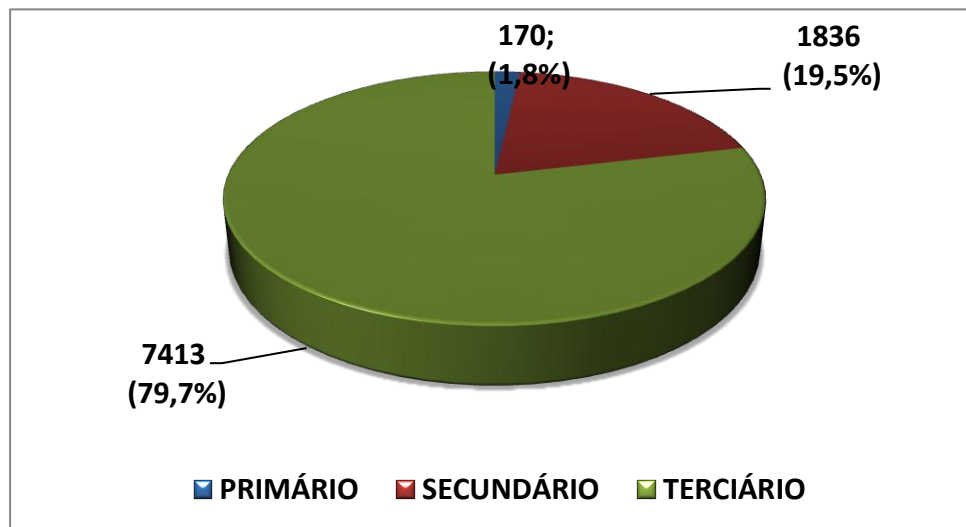
Tabela 4 – Participação dos setores econômicos no valor adicionado do município de Guanambi – (1999 a 2010)

Ano	Valor Adicionado (Participação %)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	3,6%	13,6%	82,8%
2000	4,7%	14,7%	80,6%
2001	5,5%	14,7%	79,9%
2002	5,2%	13,2%	81,5%
2003	6,5%	11,4%	82,1%
2004	6,5%	12,9%	80,6%
2005	4,5%	14,2%	81,3%
2006	3,9%	12,1%	84,0%
2007	4,6%	11,0%	84,4%
2008	4,5%	10,6%	84,9%
2009	3,6%	11,9%	84,5%
2010	2,9%	14,5%	82,5%

Fonte: SEI/IBGE (1999-2010)

A dinâmica do setor de serviços é de fundamental importância para a economia do município, pois este setor é o principal responsável pela geração de emprego e renda para população. De acordo com os dados da RAIS, em 2011 o setor terciário foi responsável por 78,7% dos empregos formais do município, seguido pela Indústria com 19,5% e Agricultura com 1,8%. A seguir, o Gráfico 1 demonstra a divisão do emprego entre os setores produtivos no município.

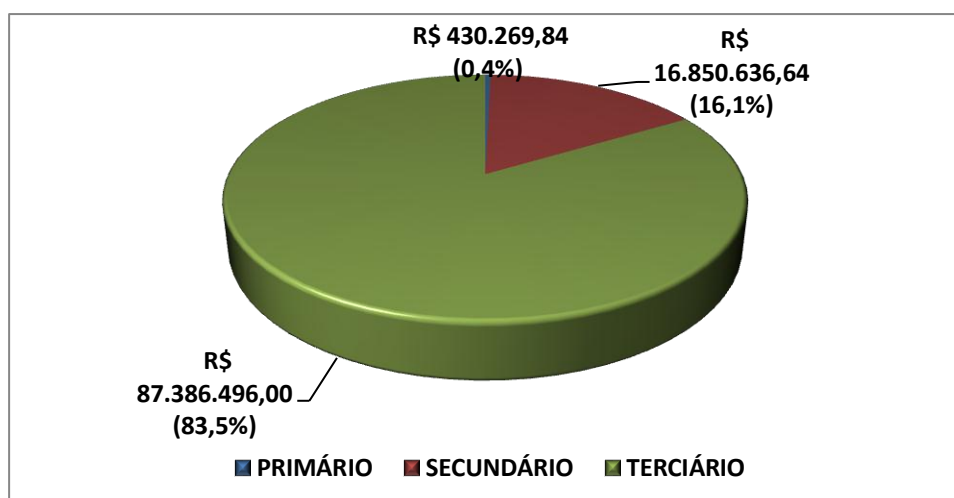
Gráfico 1 - Emprego formal por setor econômico no município de Guanambi em 2011



Fonte: RAIS /MTE (2011)

Quando se considera a massa salarial paga pelos setores econômicos, o peso dos serviços se mostra ainda maior para economia municipal. Em 2011, 83,5% dos rendimentos pagos aos trabalhadores formais foi gerado pelo setor de serviços. O setor secundário foi responsável por 16,1% da massa salarial paga, enquanto a agricultura foi responsável por apenas 0,4%. O Gráfico 2 apresenta o percentual e a massa salarial paga pelos os grandes setores no ano de 2011 no município de Guanambi.

Gráfico 2 - Remuneração total por setor de atividade paga aos trabalhadores formais no município de Guanambi



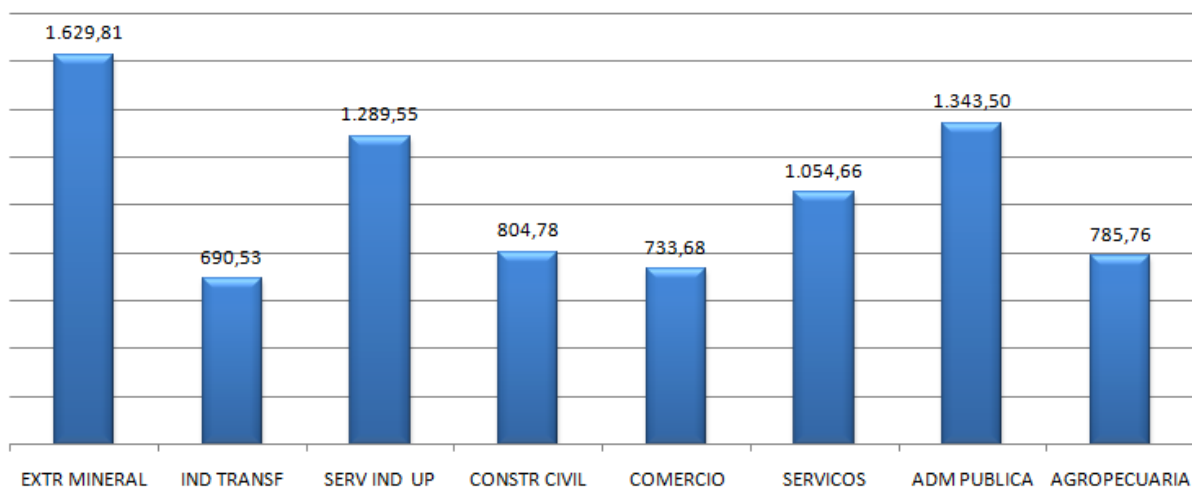
Fonte: RAIS /MTE (2011)

Apesar da importância do setor de serviços na geração de emprego e renda em diversas cidades brasileiras. Para muitos economistas apenas o setor industrial pode trazer, efetivamente, o pleno desenvolvimento para as regiões. Uma das justificativas para isto é a baixa produtividade existente nos serviços e a baixa qualificação dos trabalhadores, fazendo com que os salários pagos pelo setor sejam baixos quando comparados ao setor industrial.

A média salarial paga pelo setor de serviços é puxada para baixo, principalmente, pelo subsetor de comércio que exige menor qualificação do trabalhador. Por outro lado, quando se analisa o subsetor de serviços (que são os serviços efetivamente prestados à população como médicos, advogados, professores, encanadores, eletricitistas, etc), a média salarial se eleva, pois neste subsetor há maior exigência de qualificação.

Em Guanambi, esta realidade não é diferente. A média salarial do setor de serviços é de R\$ 1.043,67 enquanto a média salarial do setor industrial é de R\$ 1.103,67, que é uma diferença relativamente pequena. Contudo, vale ressaltar que a cidade tem um setor industrial pouco desenvolvido, o que pode explicar a baixa remuneração. O setor agrícola tem a pior média de remuneração, que é de R\$ 785,76. O Gráfico 3 traz a média salarial dos trabalhadores formais de Guanambi por setor econômico.

Gráfico 3 – Remuneração média por setor de atividade paga aos trabalhadores formais no município de Guanambi em 2011



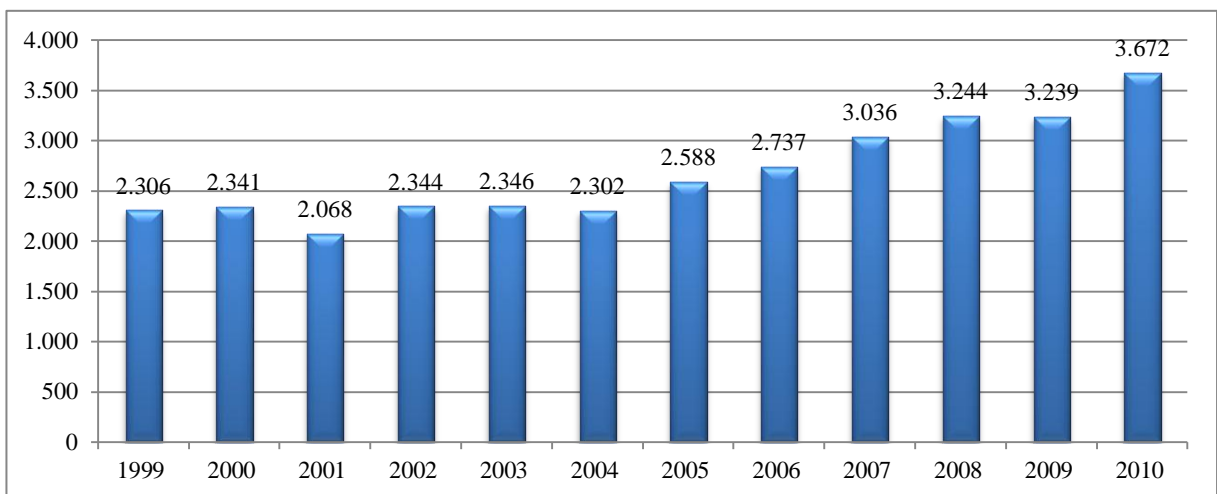
Fonte: RAIS /MTE (2011)

Constata-se que subsetor de comércio tem a pior média salarial dentro do setor de serviços – R\$ 733,68. Ainda assim, consegue superar a média dos trabalhadores da indústria de transformação que é de R\$ 690,53. Os funcionários públicos tem a segunda melhor média salarial – R\$ R\$ 1.345,50 –, ficando atrás dos trabalhadores da indústria de extração mineral,

que tem média salarial de R\$ 1.629,81. Já os trabalhadores do subsetor de serviços tem a quarta melhor média salarial – R\$ 1054,66 – ficando logo atrás dos trabalhadores dos serviços industriais de utilidade pública, que tiveram média salarial de R\$ 1.289,55 no ano de 2011.

O crescimento econômico do município na última década também foi traduzido em melhoria do bem-estar de sua população. Um dos indicadores que comprova isto é a renda *per capita*. O Gráfico 4 apresenta a evolução real da renda *per-capita* do município², verifica-se que de 1999 a 2010 a renda cresceu em média 4%. Quando considera-se o crescimento acumulado o município passou de uma renda *per-capita* de R\$ 2.305,94 para R\$ 3.672,05, que equivale a um crescimento acumulado de 59%.

Gráfico 4 – Evolução da renda *per capita* do município de Guanambi a preços constantes– (1999 -2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEI/IBGE (1999-2010)

3.5 As atividades de saúde, educação, comércio e outros serviços

Algumas atividades do setor de serviços guanambiense merecem destaque especial: são as atividades comerciais, de saúde e de educação. Estas atividades são as que mais atraem a população de outros municípios, contribuindo para a dinâmica do setor. Guanambi tem o comércio mais forte de toda a região, ofertando os mais variados produtos. Na saúde, o município se destaca por oferecer procedimentos médicos de média e alta complexidade. O setor educacional atrai estudantes que buscam vagas tanto nas escolas de nível médio quanto

² O gráfico 4 apresenta a renda *per capita* deflacionada com base no IPCA do período 1999-2010

nas Instituições de Ensino Superior (IES) da cidade. Esta última categoria é que mais tem crescido no município nos últimos anos.

O setor de saúde de Guanambi destaca-se na região por oferecer serviços inexistentes na maioria dos municípios circunvizinhos, o que atrai milhares de pessoas todos os anos para a cidade. Atualmente, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2013), o município conta com 196 leitos e 153 estabelecimentos de saúde, ocupando 15ª posição entre os municípios com maior quantidade de estabelecimentos de saúde no Estado da Bahia. Dentre estes estabelecimentos merece destaque o Hospital Regional de Guanambi – principal hospital da cidade e que atende toda a região –, que oferece serviços de saúde básicos, de média e alta complexidade. Possui 86 leitos de internação, sendo 10 de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). A cidade conta ainda com outros 03 hospitais gerais: Hospital Nova Aliança, Hospital São Lucas e Policlínica e Maternidade de Guanambi, todos com atendimentos de média complexidade. Guanambi ainda possui um Hospital do Rim, que tem procedimentos de alta complexidade. A construção deste hospital foi um importante passo para o município, tendo em vista que, há poucos anos a população guanambiense precisava se dirigir para centros urbanos maiores — como Vitória da Conquista e Montes Claros — para realizar procedimentos de hemodiálise. A tabela 5 mostra a quantidade e os tipos de estabelecimentos de saúde existentes no Município.

Tabela 5 - Quantidade de estabelecimentos de saúde por tipo no município de Guanambi em 2013

Descrição	Total
Posto de saúde	2
Centro de saúde/unidade básica	19
Hospital geral	4
Consultório isolado	65
Clinica/centro de especialidade	35
Unidade de apoio diagnose e terapia (sadt isolado)	18
Unidade móvel terrestre	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	2
Unidade de vigilância em saúde	1
Secretaria de saúde	2
Centro de atenção psicossocial	1
Polo academia da saúde	1
Central de regulação medica das urgências	1
Central de regulação	1
TOTAL	153

Fonte: CNES/MINISTÉRIO DA SAÚDE (2013)

De acordo com dados da RAIS (2011), a atividade de saúde foi responsável por 254 empregos formais, ou 3% do total de empregos formais do município. Mas, segundo o CNES (2013), a saúde municipal conta atualmente com 1300 profissionais, como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, dentre outros. De acordo com a Secretaria de Saúde Municipal, a rede de atendimento público atendeu em 2012, 143.211 pacientes, o que dá uma média de 597 atendimentos por dia. Além disso, foram internados 3.383 pacientes oriundos de outros municípios, revelando a capacidade do município de exportar serviços de saúde. Vale ressaltar que estes dados referem-se apenas aos serviços públicos de saúde, pois, o estudo não teve acesso ao fluxo de atendimentos no sistema privado.

Outro ramo de atividade que vem crescendo no município nos últimos anos é o educacional. Atualmente o setor emprega 451 pessoas, que representa 5% do total de emprego formal do município. Conforme dados da RAIS (2011), o setor educacional do município movimentou R\$ 4.992.300,00 em salários. Apesar da dinâmica do setor como todo, destaca-se neste trabalho o ensino superior do município, pois, além deste contribuir para geração de emprego e renda, tem a função de contribuir para o crescimento da cidade por meio da formação de capital humano. As IES também atraem para Guanambi estudantes de outros municípios, que contribuem para a dinâmica econômica local. Mais da metade dos 451 empregos formais do setor educacional estão alocados no ensino superior, que em 2011 empregava 231 trabalhadores formais.

O município possui atualmente três Instituições de Ensino Superior (IES) presenciais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), que além de oferecer cursos técnicos, oferece 04 cursos de nível superior; a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), mais antiga IES do município que oferece 04 cursos de graduação; além da Faculdade de Guanambi (FG), que é uma instituição privada e que oferta a maior quantidade de cursos superiores entre as IES – um total de 09 cursos de graduação. Esta relativa diversidade de oferta de cursos de graduação é de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade. Sabe-se que as IES têm como característica fundamental a formação de pessoas, além do desenvolvimento de pesquisas e extensão, situações que contribuem para o desenvolvimento local. Para Almas (2009, s/p):

as IES promovem o desenvolvimento local por associar-se à formação de capital humano, auxiliando na dinamização da economia do município onde estão localizadas por movimentar recursos financeiros relacionados ao seu funcionamento. Dessa forma, atraem capitais e impulsionam o investimento em outras atividades econômicas que estão relacionadas direta ou indiretamente.

Portanto, a presença das IES na cidade faz com que muitos estudantes do município deixem de partir para outros centros em busca de curso superior. Por outro lado, as IES atraem estudantes de diversos municípios (podendo ir além da região de influência do município). Ao exportar serviços de educação, as IES podem contribuir com a dinâmica econômica local, pois a maioria dos estudantes vindos de fora recebe rendas externas, que são injetadas diretamente na economia do município. A renda recebida pode ser alocada para os mais diversos setores, tais como: imobiliário, supermercados, lazer, academias, transporte, serviços domésticos, restaurantes, salão de beleza e comércio em geral. A seguir, a tabela 6 apresenta a relação de cursos oferecidos pelas IES de Guanambi, e a quantidade de vagas ofertadas anualmente por estas instituições.

Tabela 6 – Oferta de cursos de graduação e quantidade vagas ofertadas anualmente por IES.

IFBA	
CURSO	VAGAS/ANO
Bacharelado em Agronomia	40
Licenciatura em Química	40
Tecnologia em Agroindústria	40
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	30
UNEB	
CURSO	VAGAS/ANO
Administração	42
Educação Física	42
Enfermagem	21
Pedagogia	70
FACULDADE DE GUANAMBI – FG	
CURSO	VAGAS/ANO
Administração	50
Biomedicina	50
Ciências Contábeis	50
Direito	100
Enfermagem	100
Farmácia	100
Fisioterapia	40
Nutrição	50
Psicologia	200

Fonte: Elaboração própria com dados colhidos dos Sites das IES

Outra atividade econômica de Guanambi que merece destaque é o comércio. Este setor, atualmente, pode ser considerado o “carro-chefe” da economia do município. Desde o declínio da produção algodoeira em 1990, o comércio da cidade vem se desenvolvendo e exercendo uma forte liderança na economia regional. Esta evolução se dá principalmente em função da grande variedade de bens que são ofertados. Grande parte destes produtos não é encontrada na maioria dos municípios da região, fazendo com que parte dos consumidores externos venha comprar no comércio da cidade. O peso do comércio local pode ser resumido em números. Em 2011, conforme dados da RAIS, 36% (3349) dos empregos formais do município estavam no comércio. A desvantagem do setor comercial reside nos baixos salários pagos, em função da pouca exigência de qualificação da mão-de-obra. Deste modo, apesar de ter sido a atividade que mais gerou emprego no município, a média salarial em 2011 foi de apenas R\$ 733,68, ocupando a segunda pior média de salários pagos, atrás apenas da indústria de transformação, que naquele ano pagou, em média, R\$ 690,53 aos seus trabalhadores. Não obstante, apesar da baixa média salarial, o setor foi responsável em 2011 por movimentar R\$ 29.485.131,84 em salários – ou 27,9% da renda salarial formal gerada pelo município. Neste caso, o comércio ficou atrás apenas da Administração pública que naquele ano movimentou R\$ 30.083.652,00, que equivale a 28,4% dos salários pagos aos trabalhadores formais do município. De acordo com IBGE (2011), dos 2643 estabelecimentos existentes no município, 60% (1611) estão voltados para as atividades comerciais. O grande destaque está no comércio varejista com 1328 estabelecimentos (82,4%). A Tabela 7 mostra como está estruturado o subsetor de comércio em Guanambi.

Tabela 7 – Estabelecimentos comerciais por tipo de atividade existente no município de Guanambi (2011)

Atividade comercial	Quantidade	(%)
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	186	11,5%
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	97	6,0%
Comércio varejista	1.328	82,4%
Total	1611	100,0%

Fonte: IBGE (2011)

Apesar do destaque às atividades de saúde, educação e comércio do município, por considerar que são as principais atividades do setor terciário local, é preciso ressaltar que o município oferta uma gama de outros serviços, que conjuntamente contribuem para o

desenvolvimento local – atividades financeiras, transportes, atividades jurídicas, contabilidade, consultoria de empresas, hotéis, comunicação, publicidade, segurança e lazer – são algumas das atividades de serviços ofertados à população local e regional. Conjuntamente, estas atividades possuem, segundo o IBGE (2011), 620 estabelecimentos e empregam formalmente de acordo com dados da RAIS (2011), 1498 pessoas – que equivale a 16% do total de empregos formais do município. Estas atividades geraram em 2011 uma renda de R\$ 20.361.061,68, equivalente a 19,2% da massa salarial paga aos trabalhadores formais do município.

Assim como comércio, saúde e educação, estas atividade também causam efeitos polarizadores, haja vista que grande parte destes serviços não é encontrada na maioria dos municípios da MRG. Portanto, muitos dos serviços prestados na cidade são demandados pela população regional, como os serviços financeiros, assessoria jurídica, dentre outros. E também por empresas e prefeituras da região que procuram, por exemplo, serviços de consultoria e contabilidade. Na tabela 8, pode-se visualizar a quantidade de estabelecimentos de cada um destes subsetores, a quantidade de emprego formal e a remuneração paga anualmente por estas atividades.

Tabela 8 - Quantidade de estabelecimentos, emprego formal e remuneração paga por tipo de atividade no município de Guanambi em 2011

Atividade	Estabelecimentos (IBGE)	Emprego formal (RAIS)	Remuneração anual (RAIS)
Transporte, Armazenagem e Correio	58	220	R\$ 2.869.015,92
Alojamento e Alimentação	72	231	R\$ 1.658.973,84
Informação e Comunicação	21	99	R\$ 977.978,16
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	17	134	R\$ 7.019.677,80
Atividades Imobiliárias	7	8	R\$ 53.458,44
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	58	266	R\$ 2.702.185,68
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	82	268	R\$ 2.592.641,52
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	22	28	R\$ 249.418,08
Outras Atividades de Serviços	283	244	R\$ 2.237.712,24
Total	620	1.498	R\$ 20.361.061,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2011) e da RAIS (2011)

Além da dinâmica do setor privado é válido destacar o papel da Administração Pública que é um dos maiores absorvedores de mão-de-obra no município, ficando atrás apenas dos subsetores de comércio e serviços. Por outro lado, é a atividade formal que mais gera renda salarial para a população. Segundo dados da RAIS (2011), a Administração Pública emprega em Guanambi 1866 pessoas – que equivale a 20% do emprego formal do município. Esta atividade possui a maior média salarial do setor de serviços guanambiense, em 2011 um trabalhador da Administração Pública recebia, em média, R\$ 1.343,50. A massa salarial paga pelo setor naquele ano foi de aproximadamente R\$ 30.083.652,00, que representa 28,4% da massa salarial formal do município.

O dinamismo das atividades de educação e saúde contribui de forma bastante positiva para o comércio local. Apesar de existir muitas críticas na teoria econômica ao setor de serviços por este não gerar encadeamentos entre as empresas, em Guanambi, evidencia-se que o crescimento das atividades de saúde e educação pode induzir o crescimento de outras atividades, especialmente o comércio. É bem verdade que o encadeamento existente ainda se dá de forma bastante incipiente, pois, a cidade ainda está longe de se tornar um polo educacional. A principal IES do município é da iniciativa privada. Embora esta contribua para o desenvolvimento local, sabe-se que o investimento na Universidade Pública pode contribuir de forma mais positiva para o crescimento do setor. Afinal, o ensino público tem um maior poder de atração de estudantes externos, além de alocar maiores investimento em atividades de pesquisa e extensão envolvendo de forma mais ampla a sociedade/universidade. Da mesma forma, a área de saúde ainda precisa de muitos investimentos, no sentido de trazer para o município aparelhos e procedimentos não existentes, a fim de evitar que parte da população do município busque tratamento em outros centros urbanos.

A situação descrita acima tem com base o referencial teórico que discute a importância das aglomerações produtivas para o desenvolvimento regional, vista no segundo capítulo deste trabalho. No caso de Guanambi, é evidente que o setor terciário é fundamental para economia do município. Por outro lado, o setor primário está praticamente estagnado contribuindo muito pouco para geração de riqueza local. O setor secundário embora tenha uma participação importante no PIB, está longe de ser um setor dinâmico. Cabe, portanto, ao poder público procurar identificar o potencial do setor de serviços local e incentivar investimentos, buscando contribuir para uma maior interação destas atividades.

Apesar dos avanços, a microrregião de Guanambi ainda é bastante carente quando se trata de saúde e educação, tendo muitas vezes que recorrer a centros urbanos mais distantes, como Vitória da Conquista, Montes Claros, Salvador e até mesmo São Paulo. Investimentos

nestas áreas poderiam transformar a cidade em um polo de desenvolvimento – conforme proposto por Perroux – contribuindo para o desenvolvimento da região como um todo. Estes investimentos também ampliariam a base de exportação municipal – conceito proposto por Douglas North, que verificou que as regiões que produziam bens para exportação apresentavam crescimento econômico acima da média. Apesar de North ter analisado o setor industrial, sua teoria pode ser perfeitamente adaptada aos demais setores econômicos. Conforme observado pelo autor, a base de exportação é fundamental para o desenvolvimento do lugar central.

4 O SETOR DE SERVIÇO E A CENTRALIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI

Este capítulo apresenta inicialmente a região de influência de Guanambi de acordo com a classificação da REGIC. Demonstra-se através de dados populacionais e do PIB a forte liderança exercida pelo município de Guanambi nesta região. Para verificar a importância do setor terciário serão utilizados a metodologia do quociente locacional e índice de terciarização. Este último indicador também permite determinar a hierarquia urbana existente entre os municípios. Por fim, é aplicado o método diferencial-estrutural que visa verificar a dinâmica dos subsetores de serviços, e se os municípios em análise possuem vantagens competitivas e/ou são especializados em nível estadual.

4.1 Regiões de Influência do Município

A REGIC (2007) classifica o município de Guanambi como centro sub-regional A. Enquadram-se nesta classificação municípios que possuem atividades de gestão menos complexas, cujos relacionamentos externos fora da região se dão, em geral, com 3 metrópoles nacionais e que possuem medianas de 95 mil habitantes. Por ser um Centro Sub-regional o município exerce polarização sobre diversas cidades em seu entorno. Por outro lado, também sofre polarização de centros urbanos maiores. No Estado da Bahia o município é polarizado pelos municípios de Salvador que é classificada como metrópole e Vitória da Conquista que é uma capital regional.

Muitas atividades demandadas pela população residente na região de influência de Guanambi são atendidas por centros regionais maiores, como procedimentos de saúde de alta complexidade (por exemplo, tratamento de câncer), cursos de ensino superior (não ofertados na cidade), dentre outros serviços que demandam maior complexidade. Todavia, muitos bens e serviços são ofertados dentro da cidade de Guanambi, que, além de atender a população doméstica, recebe pessoas de toda região que buscam pelos mais variados serviços, a exemplo de: atendimentos de saúde de média e alta complexidade (exemplo: hemodiálise), educação (média e superior), serviços de advocacia, contabilidade, farmácias de manipulação, auto-escolas, serviços previdenciários, bancos, justiça, dentre outros. Quando os consumidores externos se dirigem a Guanambi para o consumo destes serviços, aproveitam também para comprar no comércio local produtos, que em geral, não são encontradas em suas respectivas cidades. Dentre os bens ofertados pelo comércio de Guanambi pode-se destacar: vestuários,

município polo, o que comprova sua importância para a região. Em seguida vem o município de Caetité – com 11% de participação. Isto demonstra que este município é o segundo mais importante para aquela região, e por isso é classificado pela REGIC como Centro de Zona. Por outro lado, todos os demais municípios têm participação, individual, igual ou inferior a 8% no PIB regional. Nos dados populacionais apresentados na tabela 9, verifica-se que a população da região é de 448.071 habitantes, dos quais 18% residem no município de Guanambi. Já Caetité tem 12% da população regional; os demais municípios têm participação individual igual ou inferior a 7%. A REGIC procura delimitar as regiões de influência no Brasil. Desta forma, não seria demais afirmar que a população total da região pode ser traduzida como mercado consumidor potencial para o município polarizador.

Tabela 9 - PIB e população dos municípios da região de influência de Guanambi (2010)

Município	Classificação REGIC	PIB - 2010 (R\$ em milhões)	Participação PIB da Região (%)	População (2010)	Participação População da Região (%)
Guanambi	Centro Sub-Regional A	582,09	25%	78.833	18%
Candiba	Centro Local	53,15	2%	13.205	3%
Carinhanha	Centro Local	107,64	5%	28.378	6%
Feira da Mata	Centro Local	36,09	2%	6.179	1%
Iuiú	Centro Local	55,77	2%	10.905	2%
Jacaraci	Centro Local	52,62	2%	13.656	3%
Malhada	Centro Local	73,56	3%	16.008	4%
Matina	Centro Local	39,67	2%	11.134	2%
Palmas de Monte Alto	Centro Local	87,32	4%	20.779	5%
Pindaí	Centro Local	58,93	3%	15.629	3%
Riacho de Santana	Centro Local	184,81	8%	30.651	7%
Sebastião Laranjeiras	Centro Local	47,92	2%	10.372	2%
Urandi	Centro Local	96,62	4%	16.499	4%
Caculé	Centro Zona B	135,14	6%	22.231	5%
Licínio de Almeida	Centro Local	57,33	2%	12.320	3%
Mortugaba	Centro Local	50,47	2%	12.482	3%
Rio do Antônio	Centro Local	58,70	3%	14.786	3%
Caetité	Centro Zona A	274,59	12%	47.524	11%
Botuporã	Centro Local	45,82	2%	11.162	2%
Ibiassucê	Centro Local	50,36	2%	10.077	2%
Igaporã	Centro Local	59,94	3%	15.194	3%
Lagoa Real	Centro Local	51,06	2%	13.934	3%
Tanque Novo	Centro Local	81,38	3%	16.133	4%
Total	2.340,95	100%	448.071	100%	

Fonte: Elaboração própria através dos dados do IBGE (2010) e REGIC (2007)

4.2 Quocientes Locacionais

Para analisar a importância do setor de serviços para economia de Guanambi será utilizado o método do quociente locacional (QL) que é uma técnica bastante empregada no âmbito da economia regional. Conforme Suzigan *et al* (2003), o QL serve para comparar a concentração relativa de um determinado setor da economia numa região ou município com outro espaço definido como base. Para o cálculo dos QL serão utilizados dados do emprego formal e do Valor Adicionado, obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). O QL é obtido através da seguinte expressão:

$$Q_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{i.}}}{\frac{E_{.j}}{E_{..}}}$$

Em que:

E_{ij} = Emprego no setor i da região j

$E_{i.}$ = Emprego no setor i de todas as regiões

$E_{.j}$ = Emprego em todos os setores da região j

$E_{..}$ = Emprego em todos os setores de todas as regiões

Para obtenção do QL para os valores agregados utiliza-se fórmula semelhante, substituindo-se a notação E por VA.

QL superior a 1 significa que determinada atividade econômica é mais relevante para a economia da região ou município objeto do que para a região de referência. QL maior que 1 também pode indicar que a atividade da região ou município é básica, ou seja, voltada para a exportação. QL inferior a 1 pode indicar que a atividade é “não básica”, ou seja, voltada para o mercado doméstico.

Neste trabalho serão calculados os QL de Guanambi em comparação a várias regiões de referência que o município está inserido. A primeira região será o Estado da Bahia, a segunda região base será o Estado da Bahia excluindo-se Salvador; a terceira também será o Estado da Bahia desconsiderando os dados da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A justificativa para a exclusão de Salvador e Região Metropolitana encontra-se respaldo no estudo de Almas e Longuinhos (2011), que consideram que estas regiões são as mais dinâmicas do Estado, com a maior concentração de emprego formal e participação no PIB,

portanto, com estrutura econômica muito maior que o município em estudo. As demais regiões de referência serão a região de influência do município de Guanambi de acordo com a REGIC, e a Microrregião de Guanambi (conforme metodologia do IBGE).

A Tabela 10 traz os resultados obtidos. De acordo com estes dados, para variável emprego, verifica-se que o setor de serviços para o município de Guanambi foi relativamente mais importante se comparados ao Estado da Bahia, Bahia (excluindo-se Salvador e RMS) e Microrregião de Guanambi. Apenas quando comparado a região de influência do município, o setor de serviços mostrou-se relativamente menos importante para o município. Quando se refere ao valor agregado, o setor de serviços no município de Guanambi apresenta-se como tendo maior importância relativa comparada a todas as regiões de referência.

Tabela 10 - Quocientes Locacionais de emprego (2011) e valor adicionado (2010) do setor de serviços em Guanambi

Região de referência	QLs	QLs(VA)
Bahia	1,02	1,32
Bahia, excluindo Salvador	1,08	1,37
Bahia, excluindo a RMS	1,06	1,31
Região de Influência de Guanambi	0,99	1,13
Microrregião de Guanambi	1,01	1,14

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/TEM (2011) e IBGE (2010)

O resultado do QL referente à Região de Influência de Guanambi merece atenção especial. Vale destacar que foram utilizados dados de emprego formal e que a maioria dos municípios que compõem esta região caracteriza-se pelo baixo dinamismo econômico, onde a maioria dos empregos formais é gerada pelo setor público que são verdadeiros pilares de sustentação da economia destes municípios. Esta situação faz com que o setor de serviços nestas localidades tenha uma importância muito grande na geração de emprego e renda para a população. Porém, esta dinâmica é bastante concentrada no setor público, ao contrário de Guanambi, que tem um setor de serviços privado bastante dinâmico e fundamental para a economia do município. Para contornar este problema também foram calculados os Quocientes Locacionais para todas as regiões de referência, desprezando o emprego formal advindo da Administração pública. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 11.

Tabela 11 - Quocientes locacionais de emprego (2011) do setor de serviços em Guanambi excluindo-se administração pública

Região de referência	QLs
Bahia	1,07
Bahia, excluindo Salvador	1,19
Bahia, excluindo a RMS	1,19
Região de Influência de Guanambi	1,16
Microrregião de Guanambi	1,17

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2011)

Também neste cenário o setor de serviços se mostra relativamente mais importante para o município de Guanambi quando comparado às demais regiões de referência, incluindo a Região de Influência do município, que teve um índice inferior a 1 no cenário anterior. Percebe-se ainda, que houve uma melhora em todos os indicadores se comparados com os resultados obtidos anteriormente. Este resultado demonstra a importância da iniciativa privada para a dinâmica do setor de serviços em Guanambi.

4.3 Índice de Terciarização

Verificou-se até agora que o setor terciário é de fundamental importância para dinâmica econômica de Guanambi, fazendo com que este município exerça forte influência na região em que está inserida. Garcia e Nogueira (2007) indicam que um bom método para identificar o grau de centralidade de uma localidade é por meio do seu Índice de Terciarização – IT, que é uma medida relativa da força do setor terciário dentro do município. Lemos *et al* (2003) assinalam que o IT possibilita identificar a “capacidade de carregamento” do conjunto de atividades econômicas de uma região pelos serviços ofertados por uma dada localidade, que seria o polo regional. A capacidade de carregamento refere-se à capacidade do Lugar Central de ofertar os serviços necessários para a manutenção das demais atividades econômicas. Por outro lado, o IT pode identificar a “capacidade de transbordamento” da oferta de bens e serviços, ou seja, refere-se à capacidade do Lugar central de atrair pessoas de outras localidades para demandar seus serviços. Para calcular o Índice de Terciarização será utilizada a seguinte expressão:

Índice de Terciarização

$$IT = \frac{PIBs}{PIBt} \quad (1)$$

Em que:

PIBs = Produto Interno Bruto do setor de serviços

PIBt = Produto Interno Bruto de todos os setores

Conforme destaca Garcia *et al* (2007), em função da existência de municípios cuja atividade econômica é bastante baixa – como é o caso da grande maioria dos municípios da Bahia, o cálculo do Índice de Terciarização puro pode sofrer várias distorções. Neste caso, a falta de atividades produtivas ligadas à agricultura ou a indústria, faz com que estes municípios tenham um IT bastante elevado. No entanto, as atividades terciárias destas localidades são constituídas basicamente dos serviços públicos básicos como educação e saúde. Tomando com base Lemos *et al* (2003), para contornar esta situação será calculado o Índice de Terciarização Ajustado (ITa). Este indicador não expressa apenas a elevada oferta de serviços de uma localidade, mas também o volume das atividades diretamente produtivas. Para o cálculo do ITa será utilizado um conversor logaritmo de escala, que atribui ao maior PIB (PIB de referência) o fator 0,95. Para o cálculo do ITa dos demais municípios que compõem a região é utilizado à proporção logarítmica inversa, que é representado pela seguinte expressão:

PIB Total Convertido:

$$PIBt_c = 1 - e^{\left(\frac{\ln(0,05)}{PIB_{ref}}\right) * PIB_i} \quad (2)$$

Em que:

PIBc = Produto Interno Bruto total convertido do município

PIBti = Produto Interno Bruto do setor *i* no município

PIBref = Produto Interno Bruto total do município de referência

Após o cálculo do PIB convertido, utiliza-se a seguinte expressão para ajustar o Índice de Terciarização:

Índice de Terciarização Ajustado:

$$ITa = IT * PIBc \quad (3)$$

Em que:

ITa = Índice de Terciarização Ajustado

IT = Índice de Terciarização

PIBc = Produto Interno Bruto Convertido

Neste trabalho procura-se identificar a hierarquia urbana dos municípios que compõem a Região de Influência de Guanambi (de acordo com a classificação da REGIC), em que Guanambi é classificado com Centro Subregional. Mas para os cálculos do ITa, toma-se como referência o município de Vitória da Conquista, que é classificado pela REGIC como Capital Regional. Este município exerce, portanto, influência direta na cidade de Guanambi e nos municípios que compõem sua rede. Serão utilizados os dados de Valor Adicionado dos setores econômicos do ano de 2010.

A Tabela 12 traz os resultados obtidos para o IT, PIBc e ITa. Analisando primeiramente o IT puro observa-se que: dentre os municípios em análise, Guanambi é o que tem a maior participação do setor terciário no PIB (84%), seguido de Tanque Novo (82%), Botuporã (80%), Caculé e Vitória da Conquista, ambos com IT de 79%. Dentre os 5 municípios com maiores IT chama a atenção a presença dos municípios de Tanque Novo e Botuporã, ambos com população inferior a 17 mil habitantes. A explicação para isso é a baixa densidade econômica destes municípios, em que a maior parte da geração de emprego e renda é advinda da administração pública. A baixa dinâmica dos outros setores produtivos – Agricultura e Indústria – faz com que as atividades terciárias tenham um grande impacto na economia local. Todavia, estas atividades são hierarquicamente inferiores e atendem apenas as necessidades básicas da população, não exercendo nenhum efeito polarizador. Esta explicação também serve para a maior parte das cidades em análise. Na tabela 12, observa-se que os IT dos municípios estão bastante próximos.

Tabela 12 - Hierarquia urbana dos municípios de acordo com índice de terciarização e índice de terciarização ajustado (2010)

Município	Valor Adicionado (R\$ milhões)				Índice de Terciariação	PIB Convertido	Índice de Terciariação Ajustado
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total			
Vitória da Conquista	78,86	549,18	2363,54	2.991,58	0,79	0,950	0,75
Guanambi	15,45	76,17	433,33	524,95	0,83	0,409	0,34
Caetité	13,87	61,28	183,89	259,03	0,71	0,228	0,16
Caculé	10,66	14,20	96,27	121,13	0,79	0,114	0,09
Riacho de Santana	71,83	13,05	94,62	179,51	0,53	0,165	0,09
Carinhanha	12,51	12,82	78,25	103,58	0,76	0,099	0,07
Tanque Novo	5,87	7,72	61,65	75,24	0,82	0,073	0,06
Palmas de Monte Alto	17,05	9,44	57,63	84,13	0,69	0,081	0,06
Orando	10,23	25,05	53,13	88,40	0,60	0,085	0,05
Malhada	17,74	7,32	45,94	71,00	0,65	0,069	0,04
Igaporã	6,06	7,09	43,85	57,00	0,77	0,055	0,04
Rio do Antônio	7,76	6,43	42,36	56,56	0,75	0,055	0,04
Pende	8,00	6,69	42,14	56,83	0,74	0,055	0,04
Licínio de Almeida	8,07	5,76	39,81	53,64	0,74	0,052	0,04
Jacaraci	6,93	5,71	38,19	50,83	0,75	0,050	0,04
Candiba	7,25	6,35	37,40	51,00	0,73	0,050	0,04
Mortugaba	6,08	5,42	36,96	48,46	0,76	0,047	0,04
Botuporã	3,11	5,87	34,93	43,91	0,80	0,043	0,03
Lagoa Real	8,19	5,85	35,07	49,11	0,71	0,048	0,03
Eu	14,18	5,02	34,64	53,85	0,64	0,052	0,03
Ibiassucê	8,33	6,03	33,81	48,17	0,70	0,047	0,03
Sebastião Laranjeiras	12,02	4,62	29,82	46,46	0,64	0,045	0,03
Matina	5,11	4,45	28,85	38,41	0,75	0,038	0,03
Feira da Mata	11,56	2,63	20,53	34,73	0,59	0,034	0,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI/IBGE (2010)

Quando se analisa o ITa, no entanto, verifica-se que as distorções apresentadas no IT desaparecem. Os resultados obtidos se alinham com o estudo da REGIC. O ITa possibilita, portanto, estabelecer a hierarquia urbana destes municípios. Vitória da Conquista (capital regional), como já era esperado, é o município que apresenta a maior concentração de atividade terciária com ITa de 0,75. Isto significa dizer que este município é o que consegue ofertar a maior quantidade e diversidade de serviços para a região, que o caracteriza com Polo regional. O segundo município com maior concentração das atividades terciárias é Guanambi, com ITa de 0,34. Por estar a 267 km de distância de Vitória da Conquista, e como todos os municípios analisados estão geograficamente mais próximos daquele município, Guanambi

configura-se como o principal centro urbano daquela microrregião. Isto significa que, a população regional primeiramente busca bens e serviços no município que exerce influência direta por ser economicamente mais vantajoso, em função da maior facilidade de acesso. Portanto, a população regional apenas demandará serviços em Vitória da Conquista, nos casos em que o centro urbano de influência imediata não conseguir atender suas necessidades. Esta característica faz com que Guanambi seja classificado como centro Sub-regional pela REGIC.

Na análise do ITa também merece destaque o município de Caetité, que é o terceiro em concentração de atividade terciárias, com 0,16. Com uma distância geográfica muito pequena em relação à Guanambi (37 km), Caetité também exerce certa polarização sobre algumas localidades mais próximas. No entanto, este município oferta uma diversidade de serviços menor que Guanambi, fazendo com que Caetité seja classificado pela REGIC como Centro de Zona A.

Os demais municípios estudados apresentaram um ITa abaixo de 0,10 – o que evidencia o baixo dinamismo econômico destas localidades e a forte dependência destes em relação aos centros urbanos maiores. Pela REGIC, estes municípios são classificados como Centro Local, o que significa dizer que suas atividades produtivas são elementares e restritas ao mercado local. Apesar de ser classificado como Centro de Zona B (tem mediana populacional menor que os Centros de Zona A) pela REGIC, o município de Caculé teve um ITa muito próximo dos municípios classificados como Centro Local.

4.4 O Método Diferencial-Estrutural

O método diferencial-estrutural tem ampla utilização no âmbito da economia regional, isto porque, este método possibilita identificar as regiões ou setores econômicos que, numa perspectiva regional, crescem ou decrescem mais rapidamente do que outras. A diferença de crescimento entre as regiões pode ser explicada pela existência de uma estrutura produtiva mais eficiente ou existência de subsetores dinâmicos. De acordo com Souza (1981, apud PEREIRA, 1997), certas regiões podem crescer mais do que a média estadual por possuírem vantagens locacionais. Outra explicação seria a existência de subsetores que estão crescendo em nível estadual ou nacional a taxas mais elevadas do que a média do setor.

Na formulação original do método diferencial-estrutural, o crescimento de um setor em determinada região se decompõe em um componente estrutural e um componente diferencial. As diferenças advindas do crescimento destes dois componentes refletem a variação do

crescimento real apresentado pela região e o crescimento teórico, ou seja, o crescimento que a região teria caso o setor analisado na região tivesse a mesma taxa de crescimento do Estado.

O efeito Estrutural ou proporcional, de acordo com Carvalho (1979 apud GALETE, 2008), mostra as diferenças que se devem a estrutura de produção ou composição setorial da região. Um sinal positivo indica que a região possui setores dinâmicos em nível estadual, o sinal negativo indica que a maior produção econômica vem de setores com baixa taxa de crescimento em nível estadual. O efeito estrutural pode ser calculado por meio da seguinte expressão³:

$$P_{ij} = E_{0ij} (e_i - e) \quad (1)$$

O efeito diferencial ou regional, como ressalta Santos (2000), indica quais setores crescem mais rapidamente em uma dada região quando comparadas com as demais regiões. O efeito diferencial reflete as vantagens locacionais da região, que podem existir em função de custos de transporte, acesso a matérias-primas, estímulos de preços, dentre outros. Neste caso, o sinal positivo ou negativo indica as regiões que possuem vantagem ou desvantagem competitiva para produção em determinado subsetor. Abaixo, a fórmula para calcular o efeito diferencial⁴:

$$D_{ij} = E_{0ij} (e_{ij} - e_i) \quad (2)$$

O efeito total (T_{ij}) é dado pela soma dos efeitos estrutural e diferencial ($P_{ij} + D_{ij}$), e visa medir a diferença entre o crescimento do emprego real da região e o crescimento teórico, ou seja, o crescimento que a região apresentaria se evoluísse às mesmas taxa de crescimento do Estado.

O efeito diferencial-estrutural original, entretanto, tem algumas limitações. A principal refere-se ao uso de ponderações das taxas de crescimento do pessoal ocupado no ano inicial, não levando em consideração as mudanças na estrutura do emprego ao longo do tempo (SANTOS, 2000). Com isso, especialmente, quando se utiliza períodos de tempo muito distantes os resultados podem apresentar algumas distorções.

³ Em que: E_{0ij} – é o emprego do setor i na região j . e_i – é a taxa de crescimento do pessoal ocupado no setor i na região de referência. e – é a taxa de crescimento do pessoal ocupado total na região de referência.

⁴ Em que: e_{ij} – é a taxa de crescimento do pessoal ocupado do setor i na região j

Para contornar esta limitação, Stilwelln (1969, apud SANTOS, 2000) propôs mudar o cálculo do efeito estrutural para o final do período (ET_{ij}). Outra contribuição importante foi dada por Esteban-Marquillas (1972, apud SANTOS, 2000), que acrescentou ao efeito diferencial-estrutural “o efeito alocação para analisar os crescimentos e componentes do emprego na região” (SANTOS, 2000, p. 28). Para eliminar a influência estrutural no efeito diferencial, Esteban-Marquillas criou o chamado emprego homotético, que pode ser definido como o emprego do setor *i* que a região *j* teria se a estrutura do emprego fosse igual em todo o Estado. O emprego homotético é calculado com base na seguinte Expressão⁵:

$$\hat{E}_{0ij} = E_{0ij} \left(\frac{E_{0i}}{E_0} \right) \quad (3)$$

Para encontrar o efeito diferencial sem influência do efeito competitivo (D’_{ij}) basta substituir na expressão (02) a variável E_{0ij} por \hat{E}_{0ij} :

$$D'_{ij} = \hat{E}_{0ij} (e_{ij} - e_i) \quad (4)$$

O efeito alocação (A_{ij}) inserido na análise por Esteban-Marquillas visa absorver o resíduo entre D_{ij} e D’_{ij}, ou seja:

$$A_{ij} = (E_{0ij} - \hat{E}_{0ij}) (e_{ij} - e_i) \quad (5)$$

A modificação final do modelo diferencial-estrutural foi proposta por Herzog e Olsen (1975, apud SANTOS, 2000), e será esta a ser utilizada neste estudo. Partindo das formulações propostas por Esteban-Marquillas, Herzog e Olsen fizeram as correções necessárias. Para tanto, inseriu no efeito alocação (A_{ij}) de Esteban-Marquillas o emprego final (proposta de Stilwell). Desta forma, o efeito Alocação terá como componentes explicativas o emprego do ano inicial, o emprego do ano final e as respectivas taxas de crescimento. Veja:

$$A'_{ij} = [(E_{0ij} - \hat{E}_{0ij}) - (E_{0ij} - \hat{E}_{0ij})] (e_{ij} - e_i) \quad (6)$$

⁵ Em que: \hat{E}_{0ij} – é emprego homotético do setor *i* na região *j*

Com a inserção de novos componentes no efeito alocação, o efeito diferencial ou competitivo (D''_{ij}) para Herzog e Olsen passa a ser determinado por:

$$D''_{ij} = (2E_{0ij} - E_{tij} + \hat{E}_{tij} - \hat{E}_{0ij}) (e_{ij} - e_i) \quad (7)$$

O cálculo da variação líquida total (VLT), após reformulações de Herzog e Olsen, será obtido através da soma do efeito estrutural original (P_{ij}), com o efeito competitivo modificado (D''_{ij}) mais o efeito alocação modificado (A'_{ij}):

$$VLT = (P_{ij}) + (D''_{ij}) + (A'_{ij}) \quad (8)$$

O quadro 1 apresenta às definições possíveis que o efeito alocação pode ter, após as reformulações de Herzog e Olsen do método diferencial-estrutural:

Quadro 1 - Efeito alocação e componentes modificados

Definição	Sigla	Efeito Alocação	Especialização	Vantagem Competitiva
Desvantagem competitiva especializada	DCE	-	+	-
Desvantagem competitiva não especializada	DCNE	+	-	-
Vantagem competitiva não especializada	VCNE	-	-	+
Vantagem competitiva especializada	VCE	+	+	+

Fonte: Adaptado de Santos (2000)

A proposta desta parte do estudo é identificar o crescimento do emprego e a existência de subsetores dinâmicos em nível estadual nos municípios em análise. Para isso, serão utilizados os dados da divisão setorial da RAIS para os anos de 2006 e 2011, segundo Classificação Nacional das Atividades Econômica de 1995 (CNAE 95). A escolha da CNAE 95 deu-se em função de esta apresentar divisão mais sintética se comparada à versão mais recente, facilitando a análise. Ao todo serão analisadas 26 atividades econômicas que compõem o setor de serviços. O objetivo é verificar se os municípios analisados possuem vantagens competitivas e/ou são especializados na ofertas destes serviços.

De acordo com Kon (2003), o setor terciário é composto por diversas atividades que apresentam diferenças significativas quanto à natureza, função, relação capital/trabalho, nível de qualificação, dentre outros. Apesar da heterogeneidade existente entre estas atividades, é possível agrupá-las em classes que englobam funções e outras características comuns. De acordo com Kon (2003), de um lado ficariam as atividades de maior incorporação tecnológica e de relação capital/trabalho, maior exigência de qualificação da mão-de-obra e que fornecem serviços mais intensamente as empresas. O segundo grupo de atividades apresenta baixa relação capital/trabalho, pouca exigência de qualificação da mão-de-obra, baixa inovação tecnológica, maior informalidade nas relações de trabalho e são ofertados principalmente às pessoas. As atividades do primeiro grupo podem ser caracterizadas como indutoras do desenvolvimento, enquanto as atividades do segundo grupo são caracterizadas com induzidas pelo desenvolvimento econômico.

Quadro 2 - Relação de subsetores de serviços indutores e induzidos pelo desenvolvimento econômico

Atividades Indutoras do Desenvolvimento	Atividades Induzidas pelo Desenvolvimento
Transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; atividades anexas de transporte e agências de viagens; correio e telecomunicações; intermediação financeira e previdência complementar; atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades imobiliárias; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores; atividades de informática e serviços relacionados; pesquisa e desenvolvimento; serviços prestados principalmente às empresas; educação; saúde e serviços pessoais	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio a varejo de combustíveis; comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio; comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos; alojamento e alimentação; administração pública, defesa e seguridade social; limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas; atividades associativas; atividades recreativas, culturais e desportivas; serviços pessoais; serviços domésticos e organismos internacionais.

Fonte: Bastos, Perobelli e Fernandes (2010).

Com base na definição das atividades de serviços como induzidas ou indutoras do desenvolvimento proposta por Kon (2003), e utilizando a divisão subsetorial da CNAE 95, Bastos *et al* (2010) dividiram os subsetores, como induzidos e indutores do desenvolvimento. Conforme, observa-se no quadro 2.

Após apresentação da metodologia utilizada e dos aportes teóricos necessários. Parte-se para análise dos dados obtidos. Neste trabalho, além do município de Guanambi, objeto deste estudo, para fins de comparação, será analisado a dinâmica dos subsetores de serviços nos municípios de Vitória da Conquista (por ser o principal polarizador de Guanambi) e Caetité (por ser o segundo maior município da MRG e por exercer certa influência em algumas as cidades que compõem a região). Também serão analisados de forma conjunta todos os municípios que compõem a MRG. Neste caso serão excluídos os municípios de Guanambi e Caetité.

A seguir, a Tabela 13 apresenta o índice de crescimento do emprego na Bahia e nos municípios nos 26 subsetores em análise entre os anos de 2006 e 2011. Os resultados obtidos demonstram que todas as cidades analisadas apresentaram crescimento no setor de serviços igual ou superior à Bahia. O destaque fica para Caetité, que teve um incremento de 55% do pessoal ocupado no setor, seguido de Vitória da Conquista (42%) e Guanambi (37%), enquanto o conjunto de cidades da MRG teve crescimento de 32%, mesmo resultado obtido pela Bahia.

Outra observação que merece destaque, e que comprova o baixo dinamismo das cidades que compõem a MRG, refere-se ao emprego em subsetores indutores do desenvolvimento. Verifica-se que, das 14 atividades indutoras relacionadas, pelo menos 5 não são ofertados por estas cidades; em outros 2 subsetores indutores houve decréscimo de mão-de-obra, enquanto nos demais houve crescimento. O destaque da MRG fica para os serviços de Saúde e serviços sociais, que tiveram um incremento de 33%. Esta situação indica que o município de Guanambi está perdendo emprego nesta área para as cidades da MRG. De fato, neste período, o município perdeu quase metade dos postos de trabalho nestas atividades (48%). Neste mesmo período, Caetité aumentou o emprego na área da saúde em 30%, enquanto Vitória da Conquista teve um crescimento de 7%. Vale destacar que Guanambi é o principal ofertante de serviços de saúde na microrregião em que se insere.

Tabela 13 - Taxa de crescimento do emprego formal entre os anos de 2006 e 2011⁶

Subsetores	Bahia	V. Conquista	Guanambi	Caeité	MRG
1	0,56	0,48	0,42	0,57	1,17
2	0,39	0,25	-0,06	1,14	2,51
3	0,45	0,49	0,65	0,84	1,11
4	0,43	0,70	0,99	5,07	0,63
5	0,32	0,19	0,58	1,90	3,15
6	0,28				
7	0,73	-1,00	-1,00		
8	0,56	0,54	2,00	2,00	
9	1,06	0,57	2,30	0,60	1,12
10	0,21	0,30	0,34	0,05	0,44
11	0,65	0,90			
12	0,19	0,67	1,00	-1,00	
13	0,87	1,60	7,25	0,00	
14	0,64	2,39	1,60	0,67	0,50
15	0,64	-0,15	1,33		-0,50
16	1,34				
17	0,41	0,97	0,74	1,88	-0,92
18	0,19	0,13	0,29	0,19	0,23
19	0,35	0,91	0,40	0,25	0,12
20	0,18	0,07	-0,48	0,30	0,33
21	0,40	16,75	0,40		6,61
22	0,12	3,03	0,10	0,04	-0,12
23	0,35	0,28	0,28	0,11	-0,22
24	0,46	0,36	-0,05	7,00	3,38
25	0,77	1,50	0,63	-0,33	1,00
26	2,36				
Serviços	0,32	0,42	0,37	0,58	0,32
Todos os Setores	0,27	0,52	0,42	0,55	0,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2006-2010)

⁶ A descrição dos subsetores encontra-se no anexo deste trabalho. A cor cinza indica os subsetores indutores do desenvolvimento econômico e a cor branca indica os subsetores induzidos pelo desenvolvimento.

Em outro setor dinâmico – a educação –, o município de Guanambi apresentou crescimento de 40%. Este movimento ocorre, sobretudo, pela ampliação do ensino superior a partir de 2006. A mesma explicação pode ser dada para Vitória da Conquista, que teve um acréscimo de emprego no setor de 91%. Caetité teve um crescimento de 25% e a MRG registrou crescimento de 12%. Apesar de não ser considerado indutor de desenvolvimento, o comércio varejista é o principal empregador de mão-de-obra em Guanambi, e também merece ser analisado. No período 2006-2011, o pessoal ocupado no setor em Guanambi ampliou-se em 65%, crescimento superior a Vitória da Conquista (49%) e inferior a Caetité (84%) e MRG (111%). Abaixo é apresentado um breve resumo do comportamento do emprego nos demais subsetores indutores do crescimento nos municípios estudados:

- Transporte Terrestre: Apresentou crescimento em todas as localidades analisadas, com destaque para MRG (315%);
- Transporte Aéreo: Serviços ofertados apenas em Vitória da Conquista e Guanambi. Ambos tiveram redução do pessoal ocupado (100%);
- Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem: não são oferecidas pelos municípios que compõem a MRG. As demais cidades tiveram crescimento do emprego. Destaque para Caetité e Guanambi (100%);
- Correios e Telecomunicações: apresentou crescimento em todos os municípios. Destaque para Guanambi (230%);
- Intermediação Financeira: teve crescimento próximo em todas as regiões analisadas. A menor taxa de crescimento foi de Caetité (5%);
- Seguros e Previdência Complementar: ofertados apenas em Vitória da Conquista, que teve crescimento de 90%;
- Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar: não são ofertadas pela MRG. Teve crescimento em Vitória da Conquista e Guanambi, enquanto em Caetité não houve variação;
- Atividades Imobiliárias: não ofertadas pela MRG. Apresentou crescimento em todas as regiões, com destaque para Guanambi, que aumentou em 725% o pessoal ocupado neste subsetor;
- Atividades de Informática e Serviços relacionados: não ofertado por Caetité. Teve crescimento em Vitória da Conquista e Guanambi, e contração na MRG.

- Serviços Prestados Principalmente às Empresas: teve decréscimo nas cidades da MRG (-92%). As demais localidades ampliaram a quantidade de pessoal ocupado.

A tabela 14 apresenta os resultados para o efeito estrutural ou proporcional (P_{ij}), efeito diferencial ou proporcional (D''_{ij}), efeito alocação (A''_{ij}) e Variação Líquida Total (VLT). O efeito estrutural (P_{ij}) mostrou-se positivo em três municípios: Vitória da Conquista, Guanambi e Caetité, o que demonstra que estes municípios possuem subsetores dinâmicos em nível estadual. Por outro lado, o conjunto de cidades que compõem a MRG teve resultado negativo, significando que o crescimento das atividades de serviços nestas cidades advém de setores pouco dinâmicos no Estado. Abaixo, resumem-se os subsetores que mais contribuíram para a dinâmica econômica nos municípios que obtiveram resultado positivo:

- a) Vitória da Conquista: impulsionado pelos subsetores de Comércio, alojamento e alimentação, transportes terrestres, correios e telecomunicações, atividades imobiliárias e serviços prestados principalmente às empresas.
- b) Guanambi: impulsionado pelos subsetores de Comércio, alojamento e alimentação, correios e telecomunicações, serviços prestados principalmente às empresas e educação.
- c) Caetité: impulsionado pelos subsetores de Comércio, alojamento e alimentação, correios e telecomunicações, transportes terrestres e educação.

O efeito competitivo ou diferencial (d''_{ij}) apresentou resultado positivo apenas para o município de Guanambi, que foi impulsionado, principalmente, por: comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos; alojamento e alimentação; administração pública, defesa e seguridade social – que são atividades induzidas pelo desenvolvimento. Contribuíram também: as atividades de transporte terrestre; atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem; correio e telecomunicações; intermediação financeira; atividades de informática e serviços relacionados; serviços prestados principalmente às empresas e educação – que são atividades indutoras do desenvolvimento. O efeito diferencial positivo indica que o município de Guanambi possui vantagem locacional nestes subsetores em relação ao Estado. Os demais municípios apresentam desvantagem competitiva em relação ao Estado, uma vez que obtiveram sinais negativos.

Tabela 14 – Efeitos proporcional (pij), competitivo (d''ij), alocação (a'ij) e variação líquida total (vlt) por subsetor de atividade

Subsetores	VITÓRIA DA CONQUISTA				GUANAMBI				CAETITÉ				Demais Mun. MRG			
	Aij	Pij	D''ij	VLT	Aij	Pij	D''ij	VLT	Aij	Pij	D''ij	VLT	Aij	Pij	D''ij	VLT
1	-24,8	692,3	-152,8	514,8	-11,5	135,9	-52,5	71,9	-0,4	24,4	1,5	25,6	0,5	40,4	86,5	127,3
2	28,8	226,5	-298,5	-43,1	52,1	39,9	-208,0	-116,0	-19,7	4,1	46,8	31,2	-55,5	4,9	146,8	96,3
3	-8,3	1290,9	253,4	1536,0	82,1	256,3	198,5	537,0	11,6	81,7	164,7	257,9	136,1	150,2	411,5	697,8
4	-33,7	201,7	381,1	549,2	-13,6	18,2	78,8	83,4	938,3	9,3	-664,7	282,9	-35,4	3,8	40,1	8,5
5	8,5	172,5	-490,0	-309,1	-9,1	5,4	40,5	36,9	337,2	6,9	-98,3	245,9	-164,6	1,2	241,0	77,6
6	3,5	0,0	-3,5	0,0	0,5	0,0	-0,5	0,0	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,6	0,0	-0,6	0,0
7	57,6	4,1	-73,1	-11,5	7,6	0,5	-9,4	-1,3	1,7	0,0	-1,7	0,0	3,6	0,0	-3,6	0,0
8	3,0	51,1	-6,3	47,8	-23,0	0,0	23,0	0,0	-12,1	2,3	23,6	13,8	25,9	0,0	-25,9	0,0
9	103,9	128,8	-183,4	49,4	2,2	15,7	22,6	40,6	10,4	7,9	-15,0	3,3	-2,0	20,4	3,5	21,9
10	-5,6	-26,7	45,1	12,8	1,2	-6,1	11,3	6,4	2,5	-2,9	-9,7	-10,0	1,0	-5,2	18,2	13,9
11	14,0	40,1	12,3	66,4	3,6	0,0	-3,6	0,0	2,4	0,0	-2,4	0,0	5,1	0,0	-5,1	0,0
12	1,1	-2,6	14,5	13,0	1,2	-0,3	2,0	2,9	4,6	-0,2	-7,0	-2,5	0,6	0,0	-0,6	0,0
13	300,6	474,9	277,6	1053,1	-406,6	4,8	457,6	55,8	69,7	1,2	-71,4	-0,5	152,9	0,0	-152,9	0,0
14	-90,7	16,8	171,3	97,5	-6,3	0,0	6,3	0,0	-0,4	1,1	0,5	1,2	4,3	0,7	-4,6	0,5
15	147,5	36,1	-225,1	-41,4	-2,6	5,6	12,9	15,9	10,3	0,0	-10,3	0,0	39,9	0,7	-42,2	-1,5
16	58,7	0,0	-58,7	0,0	8,5	0,0	-8,5	0,0	5,5	0,0	-5,5	0,0	12,4	0,0	-12,4	0,0
17	-774,1	102,7	1198,4	527,1	-33,0	34,3	117,5	118,9	-203,9	4,5	252,4	53,0	1059,1	57,9	-1627,4	-510,5
18	266,1	-670,3	-741,9	-1146,0	-26,9	-122,8	173,5	23,8	-0,1	-114,2	0,6	-113,7	31,3	-581,8	284,6	-265,8
19	119,0	87,3	532,5	738,7	1,0	24,2	17,4	42,6	5,1	8,4	-16,0	-2,5	34,1	4,4	-47,2	-8,8
20	46,6	-252,0	-313,5	-518,9	211,2	-47,2	-535,9	-371,9	-4,0	-9,9	16,9	3,0	-15,4	-3,5	21,1	2,2
21	-515,3	0,5	580,8	65,9	0,0	6,6	0,2	6,8	3,7	0,0	-3,7	0,0	827,7	2,9	-684,9	145,7
22	3463,0	-75,3	-2043,5	1344,1	0,4	-27,5	-4,4	-31,5	1,9	-10,8	-7,1	-16,1	14,6	-22,1	-48,5	-55,9
23	3,3	25,1	-26,8	1,6	0,4	3,4	-3,7	0,2	3,0	0,7	-5,1	-1,5	16,3	0,7	-21,4	-4,5
24	5,7	42,9	-29,2	19,4	10,6	7,6	-31,4	-13,2	-39,3	0,2	45,8	6,7	1,2	1,5	22,2	24,8
25	5,4	5,9	3,4	14,7	-0,5	4,0	-0,6	2,8	3,3	3,0	-9,9	-3,6	-0,3	0,0	0,3	0,0
26	4,9	0,0	-4,9	0,0	0,7	0,0	-0,7	0,0	0,5	0,0	-0,5	0,0	1,0	0,0	-1,0	0,0
Total Geral	3189	2573	-1181	4582	-150	359	303	512	1132	17,7	-376	774,2	2095	-323	-1403	370

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2006-2010)

Após análise do efeito estrutural e diferencial, resta a análise do efeito alocação. Para tanto, é necessário o auxílio do Quadro 1, apresentado anteriormente. Os municípios que possuem maior dinâmica apresentam vantagem competitiva especializada (VCE). Isto ocorre quando os efeitos especialização e competitivo apresentam sinais positivos. O oposto ocorre quando o efeito especialização e efeito competitivo apresentam sinais negativos. Neste caso, os municípios apresentam desvantagem competitiva não especializada (DCNE). Os municípios ainda podem apresentar desvantagem competitiva especializada – quando apresentam sinal positivo para o efeito especialização e sinal negativo para o efeito competitivo; e vantagem competitiva especializada – neste caso o efeito competitivo tem sinal positivo enquanto o efeito especialização tem sinal negativo. Os resultados estão resumidos no quadro 3. A cor cinza indica os subsetores indutores do desenvolvimento econômico, ao passo que a cor branca indica as atividades induzidas pelo desenvolvimento.

O Município de Guanambi apresentou VCE em 6 subsetores, dos quais 2 são induzidas pelo desenvolvimento (Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos, Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas) e 4 são indutores do desenvolvimento (Correios e telecomunicações, intermediação financeira, atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar e educação). Por outro lado o município apresentou DCNE em 11 subsetores, sendo 6 indutores do desenvolvimento (transporte aquaviário; transporte aéreo; atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem; seguros e previdência complementar; pesquisa e desenvolvimento; saúde e serviços sociais) e 5 atividades induzidas pelo desenvolvimento (comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio; atividades associativas; atividades recreativas, culturais e desportivas; serviços sociais; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais)

De forma intermediária, o município ainda apresentou DCE em 2 subsetores, ambos induzidos pelo desenvolvimento (comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, serviços domésticos) e VCNE em 7 setores, sendo 5 indutores do desenvolvimento (transporte terrestre; atividades imobiliárias; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; atividades de informática e serviços relacionados; serviços prestados principalmente às empresas) e 2 induzidos pelo desenvolvimento (alojamento e alimentação, e administração pública, defesa e seguridade social).

Quadro 3 - Efeito alocação para os municípios baianos – (2006-2011)

Subsetores	Vitória da Conquista	Guanambi	Caetité	Demais Mun. Da MRG
1	DCE	DCE	VCNE	VCE
2	DCNE	DCNE	VCNE	VCNE
3	VCNE	VCE	VCE	VCE
4	VCNE	VCNE	VCE	VCNE
5	DCNE	VCNE	VCE	VCNE
6	DCNE	DCNE	DCNE	DCNE
7	DCNE	DCNE	DCNE	DCNE
8	DCNE	DCNE	VCNE	DCNE
9	DCNE	VCE	VCNE	VCNE
10	DCE	VCE	DCNE	VCE
11	VCE	DCNE	DCNE	DCNE
12	VCE	VCE	DCNE	DCNE
13	VCE	VCNE	DCNE	DCNE
14	VCNE	VCNE	VCNE	DCNE
15	DCNE	VCNE	DCNE	DCNE
16	DCNE	DCNE	DCNE	DCNE
17	DCE	VCNE	VCNE	DCNE
18	DCNE	VCNE	VCNE	VCE
19	VCE	VCE	DCNE	DCNE
20	DCNE	DCNE	DCNE	DCE
21	VCNE	VCE	DCNE	VCE
22	VCE	DCNE	DCNE	DCNE
23	DCNE	DCNE	DCNE	DCNE
24	DCNE	DCNE	VCNE	VCE
25	VCE	DCE	DCNE	VCNE
26	DCNE	DCNE	DCNE	DCNE

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2006-2010)

Os resultados para os demais municípios são apresentados abaixo:

- Vitória da Conquista apresentou DCE em 6 subsectores, sendo 4 indutores e 2 induzidos. Por outro lado, apresentou DCNE em 13 subsectores, sendo 8 indutores e 5 induzidos. O município apresentou também VCNE em 4 subsectores, sendo 1 indutor e 4 induzidos; e DCE em outras 3 atividades, sendo 2 indutoras e 1 induzida.
- Caetité apresentou VCE em 3 subsectores, sendo 1 indutor e 3 induzidos. No outro extremo, apresentou DCNE em 15 subsectores, dos quais 10 são indutores e 5 são induzidos. O município apresentou ainda DCE em 1 subsector indutor; e VCNE em 8 subsectores, sendo 4 indutores e 4 induzidos.

- O conjunto de municípios que compõem a MRG apresentou VCE em 5 subsetores, sendo 1 indutor e 5 induzidos. Por outro lado, apresentou DCNE em 14 subsetores, destes 11 são indutores e 3 induzidos. De forma intermediária, a MRG apresentou DCE em 1 setor indutor; e VCNE em 2 subsetores indutores e 3 induzidos, num total de 4.

CONCLUSÃO

A dinâmica do setor de terciário pode ser determinante para o crescimento e desenvolvimento de alguns municípios. Neste trabalho, observou-se que os serviços são de extrema importância para economia de Guanambi. No ano de 2010, 83% do PIB deste município era proveniente do setor de serviços. Por outro lado esta atividade respondia em 2011 por 78,7% dos empregos formais do município e era gerador de uma renda anual de R\$ 87 milhões, que correspondia a 83,5% da massa salarial paga aos trabalhadores formais naquele ano. A evolução do setor terciário em Guanambi iniciou-se a partir da década de 1990 com o declínio da produção do algodão. A partir de então, o município passou a exercer forte influência na região. Segundo a REGIC, atualmente, Guanambi polariza de forma direta 22 municípios, tendo em sua região de influência participação de 18% do total da população e 25% do PIB. De acordo com Christaller, algumas localidades podem ser consideradas centrais e hierarquicamente superiores a outras, por ofertar bens e serviços não encontrados em qualquer lugar. Por outro lado, alguns municípios conseguem produzir apenas bens e serviços básicos, não atendendo totalmente às necessidades da população. Neste estudo, procurou-se confirmar se o município de Guanambi exerce influência em sua região e de que forma o setor de serviços contribui para a dinâmica econômica do município.

A aplicação do método dos quocientes locacionais pelo valor adicionado evidenciou que o setor terciário para Guanambi é mais relevante do que pra qualquer outra região tomada como base. Quando se utilizou os dados do emprego formal, o setor de serviços apenas não se mostrou mais relevante para o município quando comparado à sua região de influência. Contudo, esta região destaca-se pelo baixo dinamismo econômico da maioria dos municípios que a compõem, em que a maior parte do emprego é gerada pela Prefeitura e por outros órgãos públicos. Para contornar este problema, também foi calculado os QL excluindo o emprego gerado pela Administração Pública. Neste caso, comprovou-se que o setor de serviços privado de Guanambi é bastante dinâmico, tendo em vista que os resultados demonstraram que o setor terciário é mais relevante para economia deste município do que pra qualquer outra região tomada como referência.

Também foi aplicado neste trabalho o método do Índice de Terciarização Ajustado (ITa). Neste caso, além de identificar o peso do setor terciário dentro da economia, foi possível estabelecer a hierarquia urbana entre as cidades. Foram calculados os ITa dos municípios que compõem a região de influência de Guanambi, mais Vitória da Conquista, que é classificado pela REGIC como Capital Regional. Os resultados demonstraram que o setor

terciário tem maior peso na economia de Vitória da Conquista, o que comprova o seu papel polarizador. Todavia, na região de influência direta de Guanambi, este município é o que obteve o maior ITa – 0,34. Enquanto Caetité obteve 0,16 e as demais cidades tiveram ITa inferior ou igual a 0,10. Com o ITa, foi possível comprovar o papel polarizador exercido por Guanambi, além de se estabelecer a hierarquia urbana daquela região.

A fim de verificar, se em Guanambi existem subsetores de serviços dinâmicos em nível estadual, foi aplicado o método diferencial-estrutural. Para fins de comparação, também foram analisados os subsetores de serviços dos municípios de Caetité, Vitória da Conquista e do Conjunto de Cidades que forma a MRG (excluindo-se Caetité e Guanambi). O efeito estrutural mostrou-se positivo para Vitória da Conquista, Guanambi e Caetité, o que demonstra que nestas localidades existem setores dinâmicos em nível estadual. A MRG obteve sinal negativo, demonstrando que nestas cidades o crescimento advém de setores induzidos pelo desenvolvimento. O efeito diferencial apresentou resultado positivo apenas para Guanambi. Isto demonstra que o município possui vantagens locacionais em alguns subsetores, como educação e serviços prestados principalmente às empresas. Pela análise do efeito alocação, o município de Guanambi apresentou VCE em 6 subsetores dos quais 2 são induzidos pelo desenvolvimento e 4 são indutores do desenvolvimento. Dentre estes destacam-se os subsetores de educação e intermediação financeira. Em contrapartida, Guanambi apresentou DCNE em 11 subsetores, dos quais 6 são indutores do desenvolvimento e 5 induzidos pelo desenvolvimento econômico.

Apesar do setor de saúde de Guanambi ser o mais estruturado dentro da região, possuindo a maior quantidade de estabelecimentos, de leitos e de procedimentos, observou-se que, no período 2006-2011, o setor perdeu 48% dos empregos formais, o que fez com que este apresentasse DCNE. Por outro lado, outras atividades de destaque como educação e comércio varejista apresentaram crescimento no total de pessoas ocupadas, e apresentou VCE.

Após análise dos diversos dados relacionados à economia do município e da região, e com aplicação dos métodos de economia regional, ficou evidenciado o papel central exercido pelo município de Guanambi, que se dá, especialmente, em função do setor terciário da cidade. Este estudo conclui, portanto, que Guanambi pode ser caracterizado como polo local de serviços.

REFERÊNCIAS

- ALMAS, R. S.; LONGUINHOS, M. A. A.. **Setor de serviços e dinâmica econômica no município de Vitória da Conquista/BA**. In: anais do VIII Encontro Baiano de Geografia, Vitória da Conquista, 2011.
- ALMAS, R. S. **Serviços e Desenvolvimento em Vitória da Conquista/Ba**. UESB, Vitória da Conquista, 2009. Disponível em: <http://rondinaldo.blogspot.com.br>. Acesso em 01/06/2013.
- ALMAS, R. S. **Sobre o conceito de cluster industrial**. In: X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Recife, 2012.
- ALMEIDA, Marcio Wohlers de. KUBOTA, Luis Claudio. **Comércio e serviços mercantis no Brasil: uma análise de sua evolução recente**. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para discussão N° 1640)
- ALVES, C. L. B. ; MADEIRA, S. A. ; MACAMBIRA, J. . Serviços e Desenvolvimento Regional: Considerações a Partir do Mercado de Trabalho Cearense. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, p. 155-170, 2012.
- AQUINO, A. L. ; BRESCIANI, L. P. **Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem conceitual**. Organizações em Contexto, São Bernardo do Campo, 2005. v. 1, p. 153-167
- BASTOS, S. Q. A. ; PEROBELLI, F. S.; FERNANDES, C. O. **Dinâmica dos serviços em Minas Gerais: uma análise diferencial-estrutural para os principais municípios 2003/2007**. In: Anais do VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Juiz de Fora, 2010.
- BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. 1ª. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988. v. 1. 96p
- BRASIL, **O Setor de serviços no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 01/09/2012.
- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Luciana Panteado Miquelino. 6. ed. São Paulo: Thomson, 2006.
- CLEMENTE, A.; HIGACHI, H.Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CORREA, Rosilda Oliveira, LOPES, Janete Leige. **Mercado de trabalho informal: um comparativo entre brasil e Paraná numa trajetória de “10” anos**. IV EPCT, Outubro de 2009.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas**. Campinas: UNICAMP, 2007.

DONDA JÚNIOR, Alberto. **Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves**. Florianópolis – SC: UFSC, 2002.

FREITAS, Luís Fernando Alcoa de. **O excedente econômico**. Porto Alegre, 2006.
Disponível em: www.ppge.ufrgs.br/redesenv/teses/2006/mestrado/43.pdf. Acesso em 02/09/2012.

GALETE, Rinaldo Aparecido. Uma aplica o do método estrutural-diferencial Modificado para a Microrregião de Maringá (PR) Frente à economia paranaense no período de 1994 a 2008. **Rev. Ciênc. Empres.** UNIPAR, Umuarama, v. 9, n. 1 e 2, p. 35-68, jan./dez. 2008

GARCIA, R. A.; NOGUEIRA, M.. **A Inser o das Cidades M dias na Rede Urbana Brasileira**. Terr@ Plural (UEPG. Online), v. 1, p. 61-71, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE Cidades: Guanambi**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 de jun. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Estabelecimentos**. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso dia 25/06/2013

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso dia 20/06/2013

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Anual dos Serviços, 2009**. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso dia 20/11/2012

LEMOS, M. B. ; DINIZ, Clélio Campolina ; GUERRA, L. ; MORO, Sueli . A nova configura o regional brasileira e sua geografia econômica. **Revista Estudos Econ micos**, São Paulo, 2003. v. 33, n.4, p. 665-700

KON, Anita. **Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do Desenvolvimento econômico?**. São Paulo: PUC-SP, 2003. (Textos para discussão 05/2003).

KON, Anita. **Economia de Serviços: teoria e evolu o no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOURI, J. ; SANTOS . **A Recupera o da Produ o do algodão no Brasil**. In: VI Congresso Brasileiro do Algodão, Uberlândia, 2007. v. 1. p. 1-5.

LIMA, A. C. C, SIMÕES, R. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implica es de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Texto para discussão n  358

LOPES, Roberto P. Machado. **Universidade, Externalidades, e Desenvolvimento Regional: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista.** Tese (Doutorado) Barcelona: Universidade de Barcelona, 2012.

MARX, Karl. **O capital.** Editora Nova Cultural, São Paulo, 1986. 1 v.

MATOS, G. M. S. **O Modelo de von Thünen: Um Aplicativo Computacional.** Minas Gerais: PUC, 2005

MELO, Ana Isabel. **Distritos industriais marshallianos: o caso de Águeda.** *Revista Portuguesa de Estudos Regionais.* Portugal, n 12, 2006.

MELO, Hildete Pereira. et al. **O Setor de Serviços do Brasil: uma visão global-1985/95.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão N° 549) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 29 Junho de 2012.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MOREIRA, Servulo Vicente, et al. **Economia de serviços: Uma revisão de literatura.** Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão N° 1173). Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 29 de Junho de 2012.

RAMOS, Lauro. FERREIRA, Valéria. **Padrão Espacial e Setorial da Evolução da Informalidade no Brasil: 1991-2003.** Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão n° 1099) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 04/09/2012.

RICHARDSON, H.W. **Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROMERO. **O setor terciário na economia brasileira.** Boletim técnico do SENAC, v. 2, n. 3, 1876. Disponível em: biblioteca.senac.br/fulltext/pdf/0203265280.pdf, acesso em 25/08/2012.

PAGANI, Regina N. **Análise da aglomeração produtiva do setor de móveis de metal e sistemas de armazenagem e logística de Ponta Grossa – PR.** Ponta Grossa: UTFPR, 2006.

PEREIRA, A. da S. O método estrutural-diferencial e suas reformulações. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo fundo, 1997. , v. 5, n.9, p. 91-103

PEREIRA, S. R. N. **A constituição urbana de Guanambi no Centro-sul baiano.** In: XII Simpósio Nacional de Geografia urbana, Belo Horizonte, 2011. p. 1-14.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo – SP: Best Seller, 1999.

SANTOS, S. R. O Método Estrutural-Diferencial Ampliado: uma aplicação para a região sul frente a economia do Rio Grande do Sul entre 1986 a 1995. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, Novembro, 2000. v. 8, n. 15, p. 25-45

SANTOS, José Freitas. RIBEIRO, J. Cadima. **Localização das Actividades e sua Dinâmica.** NIPE, Universidade do Minho, 2009.

SCHIAVETTO, F.; ALVES, C. A. Identificação dos arranjos produtivos locais: uma análise sobre sua constituição no contexto regional e nacional. **Revista Eletrônica de Administração**, FACEF, Vol. 13, Ed14, Jan/Jun 2009.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB Municipal**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 01/06/2013

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo – SP: Nova Cultural Ltda, 1996.

SUZIGAN, W.; FURTADO, João ; GARCIA, Renato ; SAMPAIO, S. E. K. . **Coefficientes de Gini Locacionais: Aplicação à Indústria de Calçados do Estado de São Paulo**. Nova Economia (UFMG), 2003. v. 13, n.2, p. 39-60

VARGAS. Eduardo Raupp de. Serviços, inovação e desenvolvimento local. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. XI, n. 1, enero – abril / 2009. www.eptic.com.br

ANEXO – Descrição dos Subsetores de Serviços

Ordem	Subsetores
1	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2	Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio
3	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos
4	Alojamento e alimentação
5	Transporte terrestre
6	Transporte aquaviário
7	Transporte aéreo
8	Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem
9	Correio e telecomunicações
10	Intermediação financeira
11	Seguros e previdência complementar
12	Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar
13	Atividades imobiliárias
14	Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
15	Atividades de informática e serviços relacionados
16	Pesquisa e desenvolvimento
17	Serviços prestados principalmente às empresas
18	Administração pública, defesa e seguridade social
19	Educação
20	Saúde e serviços sociais
21	Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas
22	Atividades associativas
23	Atividades recreativas, culturais e desportivas
24	Serviços sociais
25	Serviços domésticos
26	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais